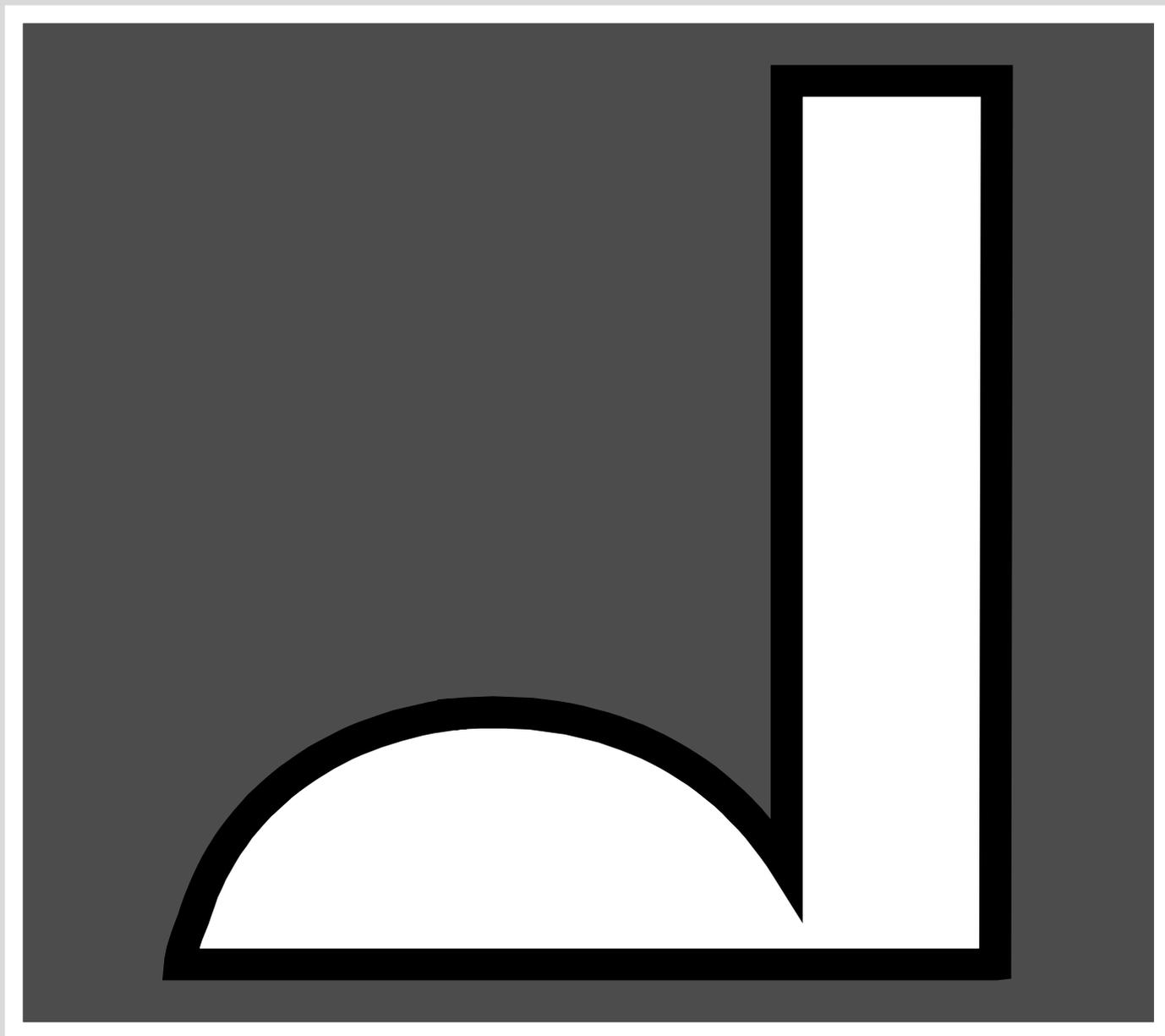




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 007 - TERÇA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA OS SENHORES SENADORES PARA A PRIMEIRA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA, A REALIZAR-SE NO DIA 14 DO CORRENTE, ÀS 15 HORAS, DESTINADA À ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL PARA O BIÊNIO 2001/2002.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Regozijo pelo anúncio da ampliação do Programa de Renda Mínima vinculado à educação, a partir da utilização de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. 00583

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Perspectiva de melhoria na Eletronorte com a reestruturação promovida pelo seu presidente, Dr. José Antônio Muniz Ramos, e assunção, pela Eletrobrás, dos sistemas Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas. 00586

SENADOR *PAULO HARTUNG* – Considerações sobre o conflito comercial entre Brasil e Canadá e a necessidade de reavaliação do Mercosul. Expectativa quanto ao comparecimento a esta Casa do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Lafer. 00586

SENADOR *JOSÉ ROBERTO ARRUDA*, como Líder – Registro da ampliação do Programa Nacional de Bolsa-Escola, divulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Anúncio

da apresentação de projeto de Resolução que institui o Prêmio João Calmon, destinado aos Prefeitos que conseguirem altos índices de frequência escolar. 00590

SENADOR *GERALDO MELO* – Leviandade da retaliação comercial patrocinada pelo Canadá; lembrando que o Brasil pode questionar, sob o mesmo argumento de natureza sanitária, o trigo transgênico canadense. Comentários sobre requerimento de informações encaminhado ao Ministro da Defesa, referente à participação da empresa Bombardier e suas subsidiárias no Projeto Sivam. Preocupação com o processo de eleição das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 00591

SENADOR *RAMEZ TEBET* – Alerta sobre a necessidade de criação de mecanismos de defesa dos interesses nacionais, por ocasião da retaliação comercial imposta à carne brasileira pelo Canadá. Defesa de um projeto de desenvolvimento para o Pantanal mato-grossense. 00594

SENADORA *HELOÍSA HELENA*, como Líder – Satisfação com a integração do Partido Popular Socialista ao Bloco de Oposição no Senado Federal. Posicionamento contrário do Bloco de Oposição ao adiamento das eleições das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. 00598

1.2.2 – Comunicação

Dos Srs. Paulo Hartung, Roberto Freire e Carlos Wilson, comunicando que o Partido Popular Socialista – PPS, volta a integrar, a partir desta data, o Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal..... 00599

1.2.3 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Aplausos pela reação da sociedade brasileira ao embargo comercial adotado pelo Canadá. Comentários ao processo de eleição das Mesas Diretoras do Congresso Nacional. Congratulações com a atual Mesa Diretora do Senado Federal, da qual S. Ex^a é segundo secretário, pela condução dos trabalhos nos últimos quatro anos..... 00599

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradecimentos aos Senadores Carlos Patrocínio e Geraldo Melo, como integrantes da Mesa durante o período em que exerceu a Presidência do Senado Federal..... 00603

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Convocação da Primeira Reunião Preparatória da Terceira Sessão Legislativa da Quinquagésima Primeira Legislatura, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 14 do corrente, às 15 horas, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal para o biênio de 2001/2002..... 00603

1.2.5 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *ROMEU TUMA* – Realização, entre 16 e 19 de janeiro último, da 28^a edição da Couromoda, em São Paulo. Congratulações pelo transcurso dos 75 anos da Samello Calçados, empresa sediada na cidade paulista de Franca. ... 00603

SENADOR *MAURO MIRANDA* – Premência na liberação de verbas destinadas à duplica-

ção de Rodovias Federais no Estado de Goiás – BR 153, 365, 050 e 060. 00605

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Cumprimentos à Prefeita de Palmas – TO, Sr^a Nilmar Gavino Ruiz, pelo trabalho desenvolvido em prol da infância e juventude. 00606

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada. . 00607

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR**

Convocação dos membros da Comissão Deliberativa para reunião a realizar-se no dia 14 do corrente, das 11 às 13 horas, na sala da 4^a Secretaria da Câmara dos Deputados, a fim de eleger a Comissão Diretora para o biênio 2001/2002..... 00608

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 125 a 128, de 2001. 00609

4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)**5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA****8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 7ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de Fevereiro de 2001

4ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Carlos Patrocínio

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive oportunidade de hoje, pela manhã, comparecer a uma solenidade em Águas Lindas, município próximo a Brasília, no Estado de Goiás, ocasião em que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro Paulo Renato Souza anunciaram, abrindo simbolicamente o ano escolar, a revisão do Programa de Renda Mínima vinculado à educação.

Como se sabe, fui o autor do substitutivo do projeto de lei autorizativo que fizemos aqui no Congresso Nacional, com o qual o Presidente da República concordou, que permitiu implantar o Programa de Renda Mínima vinculado à educação. O Governo dá um recurso em dinheiro às famílias miseráveis para que mantenham seu filho na escola, combatendo simultaneamente o trabalho infantil e educando, alfabetizando e dando instrução a essas crianças.

Agora o programa ganhará uma dimensão nova com os recursos previstos no Orçamento, decorrentes do Fundo de Combate à Pobreza, também de iniciativa do Congresso Nacional. Fui autor do substitutivo e Relator, a partir de sugestões formalizadas de um projeto de emenda à Constituição do Senador Antonio Carlos Magalhães e da Comissão Mista de Combate à Pobreza, que contou com o apoio do Poder Executivo e já foi promulgada em fins do ano passado a Emenda Constitucional. Resta-nos agora elaborar a lei que regulamentará esse dispositivo da Constituição. Aproximadamente 9 milhões de crianças vão se beneficiar em todo o Brasil desse programa. A expectativa é de uma despesa da ordem de R\$1,3 bilhões. É justamente um vigoroso esforço do

Governo para o combate à pobreza e para melhorar o nível de educação das nossas crianças, principalmente das pobres.

Como o Presidente fez questão de destacar, era um programa para deixar bem claro o interesse do Governo em apoiar os programas de combate à pobreza no Brasil. Temos problemas, e graves, mas o Governo não está parado, e sim movimentando-se; ele tem propostas e, efetivamente, estará realizando ações volta das para esse seguimento da nossa população.

Foi na ocasião também prestada uma homenagem, na pessoa da viúva do ex-Prefeito de Campinas e ex-Deputado Federal José Roberto Magalhães Teixeira, o Grama, e, como sabem, esse programa começou em Campinas. Ele foi a primeira autoridade brasileira a desenvolver um programa de renda mínima vinculado à educação.

O Correio Braziliense de hoje publica um amplo material a esse respeito e, na Universidade de Brasília, o tema foi discutido. O ex-Governador Cristovam Buarque foi o executor de um grande programa em Brasília. Muitos outros Prefeitos e Governadores estão colocando em prática. Porém, cronologicamente, para sermos coerentes com a história sem buscaremos o padriño da idéia – não é essa a questão, mas, sim, fazer-se um vigoroso e grande programa de combate à pobreza, vinculando o repasse de dinheiro para as famílias pobres que colocarem suas crianças na escola –, o Prefeito Magalhães Teixeira, de Campinas, foi o primeiro a implantar um programa de renda mínima vinculado à educação. Falecido, sentimos-nos ainda mais à vontade de para fazermos essa referência a ele, que foi um símbolo, uma figura de destaque do nosso Partido, o PSDB.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Concedo, com grande prazer, o aparte ao Senador Tasso Rosado.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Senador Lúcio Alcântara, associe-me ao discurso que V. Ex^a faz com tanta propriedade, trazendo-nos notícia tão boa e alvissareira para esta Casa. Ao mesmo tempo,

ressalto a personalidade do grande Estadista Fernando Henrique Cardoso, que sabe que este País só será grande realmente se conseguirmos educar nossa juventude. Sua Excelência procura investir naquilo que de mais difícil e utópico pode parecer para esta Nação: os mais pobres tendo direito à educação. Nobre Senador Lúcio Alcântara, acrescento mais um ponto ao seu brilhante pronunciamento: além de educar nossas crianças, também estaremos, nesta oportunidade, criando novos empregos, pois, à medida que colocamos as crianças e os jovens no seu verdadeiro lugar, que é a escola, estaremos abrindo espaço para a criação e geração de novos empregos. Era o que tinha dizer, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Muito obrigado, Senador Tasso Rosado. Fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a, porque V. Ex^a vem de um Estado pequeno, modesto, pobre, ainda que valioso, com um povo muito trabalhador, o grande Estado do Rio Grande do Norte.

Lá, como no meu Estado, esse programa, em relação ao que foi implantado até agora, tem uma repercussão enorme, porque R\$15,00 para uma família pode parecer um valor ridículo – e é –, mas o nível de pobreza é tão grande no interior dos nossos Estados – eu falo pelo Ceará – que isso tem uma repercussão enorme na família.

Eu conversava recentemente com a responsável pela execução desse programa no Brasil, e ela me dizia que, em alguns casos, o único rendimento certo, garantido, regular que a família tem é o do programa. Isso mostra como nosso povo está carente, Senador Ramez Tebet.

O programa lançado hoje pelo Presidente Fernando Henrique atingirá qualquer Estado, qualquer Município, porque os pobres estão em todos os lugares. Na rica São Paulo, há miseráveis. No grande Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, uma das cidades mais pujantes do Brasil, há pobres, há miseráveis. Anima-nos ver que o Governo não é insensível, que o Governo não está desligado nem divorciado da dura realidade. Diariamente, sejamos Senadores da base governista ou não, falamos sobre isso, trazendo aqui a nossa voz para clamar por providências nesse setor. Então, temos de saudar a implantação de um programa desse tipo.

Convém ressaltar que as duas iniciativas são oriundas do Congresso. O Programa de Renda Mínima vinculado à Educação foi iniciativa dos Deputados e de alguns Senadores. A propósito, eu fui o Relator da matéria e fiz o substitutivo final. Como o projeto era

autorizativo, o Presidente da República poderia tê-lo vetado, pois não temos o poder de criar despesa. No entanto, o Presidente o sancionou. Já que os recursos eram muito limitados, tivemos de elaborar um projeto com os pés no chão. O programa teve início e está sendo um sucesso.

De onde vem o dinheiro para contemplar nove milhões de crianças no Brasil inteiro? Do Fundo de Combate à Pobreza, de iniciativa do Senado Federal, mais precisamente do Senador Antonio Carlos Magalhães, proposta de emenda constitucional na Comissão Mista de Combate à Pobreza, cujo Relator fui eu, que elaborei um substitutivo penosamente negociado até obter o apoio das autoridades da área econômica do Governo. Aprovada no Senado, a proposta foi mantida pela Câmara dos Deputados. A emenda constitucional foi promulgada, salvo engano, em dezembro. Agora, vamos elaborar a lei regulamentando a emenda. Mas, o Orçamento já destinou R\$1,5 bilhão para Programa de Renda Mínima vinculado à Educação. Portanto, o dinheiro existe e virá dessa fonte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Lúcio Alcântara?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço, com muita satisfação, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Lúcio Alcântara, quero prestar meu testemunho de que realmente, como V. Ex^a acaba de afirmar, o Congresso, muito criticado, tem trabalhado. É pena que, às vezes, a nossa imprensa não mostre trabalhos dessa envergadura. Eu vim do seu Estado e quero prestar-lhe uma homenagem, porque V. Ex^a tem sido, nesta Casa, uma das vozes mais eloqüentes no combate à miséria, no combate à fome, na defesa da melhoria da qualidade de vida da nossa população. Ao relatar o projeto a que acabou de se referir, V. Ex^a – e tivemos oportunidade de trocar idéias – pretendeu que o projeto fosse viável. Dizia-se, na época, que não adiantava aprovar um projeto daquela natureza porque não haveria recursos para combater a pobreza no Brasil. E nós respondíamos: como não há dinheiro para combater a pobreza, a miséria, como não há dinheiro para diminuir o número de excluídos se há dinheiro para outras coisas? Ficávamos a indagar. E V. Ex^a relatou com mestria o projeto de lei que está surtindo efeitos e que está, neste momento, na tribuna a festejar aquilo que não precisa ser festejado, porque é obrigação nossa. V. Ex^a apenas está dando conhecimento de destinação de recursos do Governo Federal para combater as desigualdades sociais, a miséria e a

fome no Brasil. Essa deve ser a nossa tônica. Lamento que não se propale tanto isso. Muito ao contrário, a mídia está cheia de ataques pessoais e publicam as notícias do Congresso Nacional, quando, em verdade, o Congresso Nacional tem trabalhado muito nos últimos tempos. Eu me orgulho disso, Senador Lúcio Alcântara, não por mim, mas por Parlamentares do gabarito de V. Ex^a, que muito têm feito em favor do povo brasileiro. Não é à toa que eu, visitando o Ceará, constatei o seu grande prestígio. Com toda certeza, o povo do Ceará está lhe fazendo justiça pelo trabalho que V. Ex^a desenvolveu ao relatar a matéria do Fundo de Combate à Pobreza da maneira como fez e em tantas outras questões, como a dos transplantes, por exemplo, que tanto lhe custou. Era esse o meu aparte a V. Ex^a. Desejo que este País caminhe sempre para melhor.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Agradeço as palavras de V. Ex^a, contaminadas pela amizade que nos une, pelo afeto recíproco. V. Ex^a é um bom amigo que tive o prazer de fazer aqui no Senado. Por isso mesmo, costumo emprestar as suas palavras, quando se refere a mim, uma generosidade que é própria da sua alma.

O que estamos tentando fazer aqui também é reconstituir a história desses projetos. Citei dois dos que conheço, e estão sendo lançados agora pelo Presidente, para mostrar que são iniciativas do Congresso Nacional. A Câmara e o Senado, juntos, o fizeram. Estamos aqui, portanto, produzindo resultados práticos, objetivos. Temos as nossas divergências políticas, há momentos de grande exaltação e ânimo, mas estamos cumprindo com a nossa tarefa. Temos de mostrar que o Congresso Nacional tem dado condições para que o Executivo realize esses projetos, pois executá-los não é tarefa nossa; mas também não podíamos ficar passivamente aguardando que o Governo mandasse propostas. Não! Nós também aqui somos capazes de formular, de ter iniciativa e de desenvolver esse diálogo, que é frutífero, saudável para a democracia dos dois Poderes. Por isso os resultados, como esses dos dois projetos a que me referi.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Com grande prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Lúcio Alcântara, quero associar-me às palavras de V. Ex^a, que registram o avanço feito pelo Congresso na área social com a aprovação do Fundo de Combate à Pobreza e o esforço que se travou aqui no Congresso

Nacional para obter recursos viáveis que pudessem fazer com que esse fundo se transformasse de uma posição política num quadro efetivo de melhoria e de investimento. Desejo também associar-me às palavras de V. Ex^a em relação ao ato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro Paulo Renato, enfim pelo Governo Federal, que ampliou o Programa Bolsa-Escola para todo o Brasil. Sem dúvida nenhuma, trata-se de um programa extremamente importante. Pude verificar a rentabilidade desse programa quando Teresa, minha esposa, foi Prefeita em Boa Vista e o implantou. Realmente é um programa de uma força social muito grande. É bem verdade que, em Boa Vista e também no Distrito Federal, o programa repassava um salário mínimo – já o programa federal repassa valor menor do que o salário mínimo. Sem dúvida alguma, isso possibilitará que Estados e Municípios possam fortalecer e complementar até esses recursos. A idéia é que se possa ter uma base mínima para todo o País e, a partir daí, conclamar prefeitos e governadores a multiplicarem esses recursos com recursos próprios dos Orçamentos dos Estados e Municípios. São minhas palavras às de V. Ex^a, um dos símbolos dessa luta, porque relatou a matéria no Senado com extrema qualidade e competência. Portanto, hoje, dá-se um passo concreto para consolidar o que o Senado fez, inclusive aprovando recursos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Parabéns a V. Ex^a por essa vitória que também é de todos nós.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a fez uma síntese do assunto sob outra ótica, justamente mostrando que às vezes esse valor é tido como um valor pequeno; e realmente é. Em localidades muito pobres, chega a ser um valor que tem um efeito positivo. E os Municípios poderão, a partir desse patamar, associar-se à idéia, mediante um cartão com o qual a mãe poderá receber mensalmente, no banco, na agência de correios ou na agência lotérica, aquela importância, tornando o programa simples, seguro e desburocratizado.

As vezes ficamos insatisfeitos porque entendemos que certas medidas são insuficientes. Muitos acreditaram que esse programa federal era tímido e limitado. Agora, estamos vendo que foram criadas outras condições baseadas na própria experiência e em ações do Congresso Nacional – como o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com recursos para expandir o programa.

Então, Sr. Presidente, faço esse registro para ficar bem clara a participação do Congresso Nacional

tanto na criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza quanto no projeto – transformado em lei – do Programa de Renda Mínima, vinculado à educação.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por permuta com o Senador Paulo Hartung, por 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho tratar hoje de um assunto extremamente importante para a minha região, que é a reestruturação da Eletronorte, o setor de energia das Regiões Norte e Centro-Oeste – abrangido pelos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Maranhão –, que representa 58% do território nacional. Portanto, a reestruturação da Eletronorte significa a melhoria e a atuação em mais da metade do território brasileiro.

A Eletronorte tem sido muito bem dirigida por José Antônio Muniz Ramos, um técnico da área que tem dado à referida entidade os investimentos, o gabarito técnico, a garantia, a seriedade e a honestidade para fazer com que a Eletronorte dê um salto, como tem ocorrido em sua administração.

Agora, a Eletronorte anuncia a sua reestruturação, o que, num primeiro passo, ainda este ano, fará com que os sistemas do Acre, de Rondônia, de Roraima e do Amazonas sejam incorporados pela Eletrobrás e, também, que a Eletronorte seja dividida em dois sistemas: sistema de geração e sistema de distribuição.

Durante anos os técnicos se debruçaram sobre como reestruturar a Eletronorte para que ela fosse viável. Debates neste Senado Federal, inclusive na Comissão de Infra-Estrutura, como se daria a fusão ou a cessão desses recursos e dessas empresas para a Eletrobrás, e agora este processo culmina com o início da sua implantação.

Quero aqui registrar a importância que tem para a região a Eletronorte e, mais do que isso, registrar a importância desse processo de fusão para a Eletrobrás, desses sistemas isolados, como, por exemplo, o sistema de Roraima, que tem a geração termoelétrica de 98 megawatts. Trata-se, portanto, de um sistema

ainda pequeno, que carece de fortalecimento, e será fortalecido, porque o Governo Federal está investindo, através de recursos da Eletronorte e da Eletrobrás, para a construção da linha de transmissão de Guri, que vai trazer energia da Venezuela para Boa Vista e futuramente, tenho certeza, para o Estado do Amazonas, portanto os investimentos estão sendo feitos.

Este ano ainda teremos a Bovesa, a empresa de energia de Roraima, sendo assumida pela Eletrobrás. Eu só gostaria de deixar um registro feito: de que os pequenos sistemas, os das vilas de interior, precisam ser tratados como prioridade por parte da Eletrobrás e da Eletronorte, para que não tenhamos nenhum tipo de prejuízo, e, sim, melhoria da qualidade dos serviços implementados para as populações das vilas mais distantes. É bem verdade que quando houver a privatização, esse modelo tem que ser feito de forma muito cuidada para não gerar qualquer tipo de prejuízo a esses pequenos sistemas que acabo de registrar.

Ao fazer esse registro da Eletronorte e da sua reestruturação, Sr. Presidente, quero dizer que estaremos acompanhando de perto essa divisão, essa reestruturação, essa assunção das empresas por parte da Eletrobrás para que a população do Norte e do Centro-Oeste do Brasil sejam mais bem atendidas e possam, a par dos investimentos feitos nos últimos anos, ter ainda mais recursos e ainda mais condições de ter energia a baixo custo, duradoura, permanente como impulsionadora do seu desenvolvimento.

Quero também louvar a ação do Ministério das Minas e Energia, da Eletrobrás e da Eletronorte com a Região Norte do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, o País passou a viver um grave conflito comercial com o Canadá, com o qual já acumulávamos uma pendência em relação ao comércio de aeronaves. E agora, há poucos dias, o Governo do Canadá, numa decisão política, sem nenhum fundamento técnico, criou barreiras para a comercialização naquele país da carne brasileira e seus derivados, decisão que foi acompanhada posteriormente pelos Estados Unidos.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de vir a esta tribuna, no início desse processo, e propor a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer,

para que, aqui, no plenário do Senado, pudéssemos discutir essa postura do governo canadense e, ao mesmo tempo, conhecer as medidas adotadas pelo Governo brasileiro e poder discutir um pouco essa questão de relações comerciais no mundo moderno.

O meu requerimento foi aprovado. Teremos a oportunidade de, nos próximos dias – espero que posteriormente à eleição da Mesa –, marcar essa data. Mas quero, aqui da tribuna do Senado, Sr. Presidente, fazer um registro: o prejuízo dessa medida – volto a dizer –, sem nenhum embasamento técnico, essa medida de retaliação, o prejuízo dessa medida ao nosso País é imenso, é difícil de calcular. Mas penso que alguns fatos merecem um relevo nesse episódio:

Primeiro, a reação do nosso País. Entender relações comerciais bilaterais é um assunto um pouco árido, mas todos sentimos que as entidades empresariais reagiram de forma clara, vigorosa, em relação a esse incidente. O próprio Parlamento, as duas Casas se movimentaram. Quanto ao Governo, um pouco tarde aqui e ali, ele próprio reagiu. Creio que podemos jogar um pouquinho de luz, para um país que tem a marca de fragilidade nas suas relações comerciais, nessa reação espontânea, não organizada, do nosso País. Neste Parlamento, na semana passada, diversos Senadores assomaram à tribuna para trazer a sua idéia, o seu protesto e a sua indignação diante da postura do Canadá.

Arrisco-me a dizer, Sr. Presidente, que se desta vez o Brasil errou foi até um pouco no excesso, não na omissão, que faz parte da nossa tradição de disputa, de espaços comerciais e de mercado pelo mundo afora.

Em outro ponto lançarei um pouquinho de luz, para a nossa reflexão, talvez até tentando aprofundar um debate que deve estar presente na agenda de 2001 do Congresso Nacional. Ficou claro também que agimos, mas isoladamente. E esse isolamento deve levar a uma reflexão dos partidos políticos, sejam de Governo ou de Oposição, do Parlamento, das entidades empresariais, sindicais, de trabalhadores, e assim por diante.

Há alguns anos, o País optou pela aliança comercial investindo na criação do Mercosul. Creio que tal opção pela parceria comercial do Mercosul, por diversas razões, Sr. Presidente – falta de convergência das políticas macroeconômicas, desvalorização da moeda no início de 1999 –, não obteve a força que esperávamos.

Jogo luz, Sr. Presidente, num certo isolamento do País não porque isso me traz alegria; pelo contrário, isso me cobre de tristeza e aumenta a minha responsabilidade no sentido de que os brasileiros – a elite política, a elite empresarial, os sindicatos do trabalho – tenham a capacidade de repensar a nossa estratégia externa.

Sr. Presidente, hoje eu estava lendo no jornal **Valor** uma entrevista curta, mas interessante, do ex-Ministro Ricupero, no qual ele mostrava como as normas de funcionamento da OMC (Organização Mundial do Comércio) estão estabelecidas de maneira a prejudicar os países em desenvolvimento que não querem ser só países agrícolas ou não querem só agregar valor a produtos agrícolas; porém, querem ter espaço no mundo da indústria, no avanço tecnológico, no conhecimento da engenharia, como demonstramos na construção desse avião da Embraer. Ele mostrava o problema do crédito.

Pelas normas da OMC – e aí traz com mais clareza ao debate neste País as dificuldades que estamos tendo na comercialização do nosso avião –, um país que tenta buscar taxas de juros similares aos países que são nossos competidores, isso quando vamos colocar o nosso produto no mercado externo, pode ser punido. E é disso que trata o conflito original entre o Brasil e o Canadá: aquele peixe que foi vendido no início do processo de discussão de integração competitiva, de mercado aberto, de redução das barreiras tarifárias, aduaneiras, e que os países que procurassem produzir com baixo custo e com boa qualidade teriam vez no mundo moderno, esse debate traz à luz do dia a fragilidade da nossa parceria, a solidão do País neste momento em que enfrentou tal brutalidade. Essa é uma burrice do Canadá. Este país tentou nos jogar numa posição de país fornecedor de produtos primários sem valor agregado.

Terminando meu raciocínio – até porque o Professor Lauro Campos já me pediu um aparte, que concederei com prazer –, vi hoje no jornal alguém dizendo: "Passou um pouquinho do limite, quase caiu no ridículo; em alguns movimentos, parecia coisa de torcida do Brasil em época de Copa do Mundo". A galhofa pode até fazer sentido, mas acredito que o sinal da reação e até daqueles que chegaram um pouco atrasados para reagir é positivo. Acho que é positivo. Mas fica aí esse sinal de isolamento. Precisamos repensar o Mercosul, saber se nossa adesão à Organização Mundial do Comércio pode ser tão forte. Aquela rodada do milênio, em Seattle, que o Brasil julgou ter tanto peso, chegando até a ser debatida neste ple-

nário, ela fracassou. E os países em desenvolvimento depositaram muita esperança nela. Devemos debater todos esses assuntos.

A convocação do Ministro Celso Lafer, que tive a oportunidade de apresentar o requerimento e o Plenário aprovou, pode ser um espaço e um momento adequado para uma reflexão profunda, será muito menos um espaço para o confronto entre Oposição e Governo e muito mais uma reflexão sobre o nosso País, sobre a produção nacional, que gera emprego, que gera renda e impostos, para que o Brasil tenha espaço em um mundo competitivo e difícil.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Concedo com prazer um aparte ao Senador Tasso Rosado que, pela primeira vez, dá um aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Tasso Rosado (PMDB – RN) – Senador Paulo Hartung, eu gostaria de manifestar, inicialmente, minha posição. Sou a favor da globalização e da economia de mercado. Acredito que dessa forma os povos comecem realmente seu crescimento. No episódio que envolveu o Canadá e o Brasil, acompanhei atentamente todos os debates. Algo chamou-me a atenção: até que o Canadá poderia ter motivos para digladiar-se com o Brasil, pois estava disputando o mercado de aviões. No entanto, os Estados Unidos não poderiam jamais participar dessa luta, ficando solidários com o Canadá, contra um futuro parceiro que seria o Brasil; os Estados Unidos deveriam ter permanecido nessa luta como um conciliador, para inspirar confiança a nós outros da América Latina, da América do Sul. Hoje, o trabalho feito para antecipação da Alca nos faz cada vez mais reticentes. Nem sei mais se 2005 seria o ano adequado para a sua implantação, pois, diante dessa posição adotada pelos Estados Unidos, há uma necessidade urgente, premente de que reflitamos mais sobre o estabelecimento da Alca. Precisamos, antes de tudo, estar absolutamente preparados para enfrentar o mercado internacional. Agradeço a V. Ex^a pela concessão do aparte, Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS ES) – Obrigado pelo aparte, Senador Tasso Rosado.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT DF) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (PPS ES) – Com muito prazer, concedo um aparte ao Professor Lauro Campos, que na verdade é professor de todos nós.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT DF) – Eu agradeço muito a V. Ex^a pela referência feita à minha modesta pessoa e também pelo fato de que seu pronunciamento de hoje trouxe a oportunidade para que começássemos pelo menos a esfrolar assunto tão importante, embora tratado em apartes breves, ligeiros e não com a profundidade e o tempo que merece. Para mim, em certo sentido, não é novidade nenhuma o que está acontecendo. Na realidade, de vez em quando o processo de globalização ocorre no capitalismo mundial. A própria Revolução Industrial, sem dúvida alguma, foi o segundo momento da globalização. O primeiro foram as grandes descobertas, o movimento para a conquista da periferia, para espoliação da periferia, para dar início à chamada acumulação primitiva de capital. Então, esse processo de exploração, de espoliação, sempre surge quando há problemas graves no centro do capitalismo. É o que está acontecendo nesta mais moderna globalização, acompanhada de "o incrível acontece", depois de a economia cêntrica, principalmente, ter se transformado em grandes monopólios, que comandam os principais setores da atividade no mundo. Já em 1880 um alemão escreveu um livro intitulado *A Cartelização dos Monopólios*. Nessa época, portanto, já se apontava o fato de os monopólios estarem fazendo acordos entre si, comandando o mundo sobre o poder nacional. O processo não passou despercebido, por exemplo, a um inglês, professor da London School, que escreveu o livro *Imperialismo, um Estudo*. Foi baseado nesse estudo sobre o imperialismo, feito por esse professor inglês, que Lênin se inspirou e há muito tempo muitas informações para escrever, por sua vez, o seu livro *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. De modo que esses problemas são muito velhos, muito antigos. Isso é inerente ao capitalismo! Não existe capitalismo "bonzinho". Só na cabeça de pessoas que usam óculos escuros para não ver a luz do dia. Assim, parece-me que, com a falência do capitalismo keynesiano, os Estados Unidos já não tinham mais o opositor do lado de lá. Gilgamesh, o grande monstro norte-americano, já não encontrava um oponente para a sua íbris, para a sua violência, para a sua política de dominação. E, no momento de afirmação de Gilgamesh, não foi criado um irmão para ele, um opositor, um Pedro Collor que contivesse sua violência. Sem a União Soviética, não havia algo que limitasse o poder absoluto dos Estados Unidos. Com isso, não tivemos dúvida nenhuma de que, com esse processo de globalização, nós, da periferia, seríamos submetidos a um arrocho salarial, a um processo de exclusão, de

aprofundamento, de enxugamento. Agora, o FMI mandou a ordem de que o ensino superior no Brasil não deve continuar a ser gratuito. Por coincidência – e não acredito em coincidências –, o Sr. Gustavo Franco, num artigo escrito para a revista **Veja** desta semana, repete esta ordem: acabar com as nossas universidades públicas, “para redistribuir a renda”, conforme defende o Fundo Monetário Internacional (risos do orador). Os argumentos são cada vez mais capengas, e a realidade, obviamente, não se conforma a eles. Para abreviar meu aparte, veja V. Ex^a que temos pelo menos dois tipos de **dumping**: o salarial, aplicado pelos países que não desfrutam de elevada tecnologia. É o tipo de **dumping** utilizado por nossos governos quando arrocham salários, com o objetivo de reduzir custos para entrar na competição internacional. A redução de preços para garantir certa possibilidade de êxito na concorrência internacional é obtida por meio do arrocho salarial – a mais violenta, antiga e conhecida forma de **dumping**. Essa forma foi usada durante muito tempo pelo Japão, por exemplo, como também é utilizada por outros países e por nós, da periferia. O segundo tipo de **dumping** é o tecnológico, adotado pelas economias poderosas, pelos Gilgameshes, pelos grandes centros mundiais, pelos **economically developed countries**, pelos países economicamente desenvolvidos. O que eles fazem? Colocam bilhões e bilhões de dólares na pesquisa, subsidiam 68% dos gastos em pesquisa, como acontece nos Estados Unidos. Este é o **dumping** tecnológico, aplicado por países dotados de uma tecnologia altamente eficiente: o Governo subsidia, mediante gastos em pesquisa, a diferença tecnológica, o que impede que a concorrência internacional seja honesta, decente, que seja realmente uma concorrência entre iguais. E Brasil teve de recorrer às duas formas – essa é a verdade: o **dumping** salarial, demitindo quase todos os funcionários por ocasião das privatizações, para depois recontratá-los pela terça parte dos salários anteriores, reduzindo-se a folha de pagamentos no País inteiro. “Vamos reduzir agora porque existe um ‘custo Brasil’” (risos do orador) a que este Governo se refere, usando quase todo o seu potencial de cinismo, dizendo que o Brasil tem de reduzir as despesas com salários e com as demais verbas contratuais: décimo terceiro, férias, aviso prévio, Previdência etc. O Brasil adotou duas formas de **dumping**: o salarial e o relativo à Embraer, que, por meio de subsídios, de doações, de estímulo e da privatização, obteve uma condição privilegiada no mercado mundial. Ao Canadá só resta a nós adotar uma loucura como esta: apelar

para a vaca louca, como se fosse o único recurso para que sua indústria de aviões pudesse concorrer com a Embraer, altamente subsidiada, gozando de duas formas de subsídio: o **dumping** salarial e o **dumping** tecnológico. Quem pensa que vamos encontrar uma globalização com mercado livre está totalmente equivocado. Os episódios da Embraer e da vaca louca são a prova cabal de que, obviamente, o Capitalismo deu alguns passos à frente em relação àqui lo que acontecia na Inglaterra, onde quem exportasse um carneiro vivo seria condenado à primeira pena – perder a mão esquerda e os bens. Na terceira reincidência, quem não permitisse que a Inglaterra aproveitasse as suas matérias-primas ao máximo, exportando animais vivos, seria condenado à morte. Continuamos, mais ou menos, com esse liberalismo inglês em ação e em expansão. Peço desculpas à Presidência e ao nobre colega Paulo Hartung pela extensão do meu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Solcito ao Senador Paulo Hartung que conclua o seu pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Lauro Campos o extenso aparte que ofereceu ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, este tema está entrando na agenda política e administrativa do País. Precisamos discutir e conhecer mais profundamente as regras do jogo, a realidade do comércio externo, porque um País como o nosso deve garantir o seu espaço no mundo, porque essa é uma regra fundamental no mundo moderno.

Precisamos ter espaço nos vários mercados importantes que compõem o mundo e capacidade, inteligência, garra e firmeza para garantir o espaço que já conseguimos e ampliá-lo.

É esse o sentido do meu pronunciamento. Evidentemente, trouxe uma série de preocupações, como nosso isolamento e com o futuro do Mercosul, que está cambaleando e que não adquiriu a força que o País esperava que essa união obtivesse ao longo do tempo. Essas preocupações têm o intuito de criar e aprofundar o debate sobre esse importante tema, fundamental para o presente e decisivo para o futuro do Brasil, que tem deficitária a sua balança comercial, mesmo depois da desvalorização da moeda.

Ao verificarmos a prestação de contas da nossa balança de pagamentos, constatamos o quão é importante para nós – que privatizamos serviços públicos essenciais e empresas que não produzem serviços vendidos no exterior – termos uma balança comercial superavitária nos próximos anos.

Hoje **O Globo**, em seu caderno de economia, traz uma excelente matéria a respeito desse assunto. Nós, que temos problemas de desequilíbrio de contas externas, que se podem agravar nos próximos anos, temos de redobrar – expressão muito empregada pelo Senador José Alencar – a nossa capacidade e a competência de negociar e ocupar espaços nos diversos mercados do mundo.

Eram as considerações que gostaria de tecer nesta tarde. Agradeço aos Senadores que me apartearam e que enriqueceram em nível histórico e no que tange a posições político-ideológicas – como fez o Senador Tasso Rosado – o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Hartung, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peça a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito à Mesa que registre o fato histórico ocorrido no dia de hoje e já lembrado nesta Casa pelo Senador Lúcio Alcântara.

O Presidente da República, hoje pela manhã, ao abrir o ano letivo das escolas públicas brasileiras, foi a Águas Lindas de Goiás, uma cidade na periferia de Brasília. Trata-se de uma cidade muito pobre, de quase 200 mil habitantes, que é bem o exemplo do que acontece no interior do Brasil e notadamente nas regiões metropolitanas. Essa cidade nasceu em função da pressão das correntes migratórias, sem infraestrutura básica compatível com a sua população.

Nessa cerimônia de abertura do ano letivo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Programa Nacional de Bolsa-Escola, que, em 2001, terá recursos de R\$1,7 bilhão, garantidos pelo Congresso Nacional quando votou o Fundo da Pobreza e quando o incluiu no Orçamento Geral da União.

Sr. Presidente, há seis anos, no Brasil, 11% das crianças entre sete e quatorze anos estavam fora da escola. O Governo fez uma série de ações, uma série de políticas públicas, investiu nas escolas, criou o Fundef para melhorar o salário do professor principalmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, mudou a merenda escolar, alterou totalmente o progra-

ma do livro didático, está informatizando as escolas, enfim, adotou uma série de programas e conseguiu reduzir de 11% para 3% o número de crianças fora da escola.

Estudiosos desse assunto no mundo inteiro registram que, poucas vezes na história do Brasil, se fez um esforço tão continuado quanto agora para investir na educação e para inserir, por meio da educação, uma parcela importante da população historicamente excluída. Fizemos muito. Temos hoje praticamente 34 milhões de brasileiros, entre sete e quatorze anos, regularmente matriculados e freqüentando aulas na rede de ensino fundamental.

Mas não podemos cruzar os braços. Ainda restam 3%, que significam um milhão de brasileiros entre sete e quatorze anos que estão fora da escola e que podem estar no trabalho infantil e muitas vezes forçado. É preciso fazer alguma coisa. Essa é a nossa utopia. Esse desafio é de todos nós.

O Prefeito Magalhães Teixeira, nos idos de 1992, implantou em Campinas um programa que visava tirar a criança do trabalho infantil e colocá-la na escola, remunerando sua família, desde que aquele aluno viesse freqüência integral na escola, de tal sorte a erradicar o trabalho infantil e a adotar um projeto de renda mínima vinculado à educação. Deu certo, e esse programa expandiu-se para o Brasil. Foi para Ribeirão Preto e para vinte e uma outras cidades do interior do Brasil.

Aqui em Brasília, a partir de 1995, foi expandido e ganhou notoriedade nacional, até pela prioridade que lhe foi dada pelo então Governador, Professor Cristovam Buarque.

Aliás, o ex-Governador teve a gentileza de me remeter um livro nas ci do de um grupo de estudos brasileiros da Universidade de Brasília, de 1984, 1985, 1986, grupo, portanto, que já completa 15 anos. Pois esse grupo, do qual fazíamos parte eu e ele, talvez seja o responsável pelo primeiro registro da idéia de um programa – que não tinha este nome à época – de bolsa-escola.

Não importa aqui discutir o DNA do programa, saber onde ele começou. É provável que essa idéia tenha sido discutida inicialmente na UnB; o Prefeito Magalhães Teixeira provavelmente deve ter sido o primeiro a implantá-lo; depois, o Governo de Brasília, que o levou a várias cidades brasileiras. O que importa é que se trata de um programa testado com sucesso em várias cidades brasileiras.

Sr. Presidente, a corrupção na Administração Pública é sempre execrável; mas mais ainda quando

na área social. E o Governo de Goiás conseguiu algo fantástico: evitar qual quer tipo de desvio. E o que fez o Governo de Goiás? Instituiu um cartão eletrônico com o qual, no Programa de Renda Mínima, a mãe do aluno recebe diretamente do banco, em dinheiro, sem nenhum tipo de intervenção, sem nenhuma interferência política.

Reunindo todas essas experiências, o Deputado Nelson Marchezan apresentou um projeto na Câmara dos Deputados universalizando o Programa Bolsa-Escola. Aqui no Senado, o Senador Lúcio Alcântara e eu apresentamos projeto semelhante. Juntados todos, o projeto foi aprovado no Congresso e o Presidente o sancionou.

Independente da discussão do DNA – repito –, a grande realidade é que o Presidente da República teve a coragem de lançar hoje esse programa para todos os Municípios brasileiros. Todos os 5500 Prefeitos brasileiros, a partir de hoje, poderão inscrever-se no programa do Ministério da Educação e dizer: "No meu Município, há famílias carentes e mil crianças não estão indo à escola porque estão no trabalho." Temos um projeto que garante a presença dessas crianças na escola por meio do Programa de Renda Mínima. O Governo Federal pagará integralmente essa bolsa-escola e o Governo municipal dará a contrapartida com construção, reforma de escola ou qualquer serviço social que beneficie a população mais pobre.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou a hora de nos unirmos em um grande esforço, independente de partidos políticos, para que nenhuma criança brasileira, entre sete e quatorze anos, fique fora do ensino fundamental, fora da escola.

Para tanto, Sr. Presidente, apresentarei à Mesa ainda hoje um projeto de resolução com a idéia de criarmos aqui o Prêmio João Calmon. Por que João Calmon? Porque este Senador dedicou 24 anos de mandato, toda a sua vida pública brigando pela educação no Brasil; foi o autor da emenda constitucional que vinculou recursos para a educação nos Estados, nos Municípios e na União. Em homenagem a este grande brasileiro, estou sugerindo que o Senado Federal vote esse projeto e anualmente esta Casa da Federação confira uma premiação, numa homenagem, ao Prefeito ou aos Prefeitos que conseguirem atingir a meta de, em seu Município, não haver uma criança sequer, entre sete e quatorze anos, fora da escola. Os Prefeitos que atingissem essa meta seriam homenageados pelo Senado Federal.

Com isso, talvez um dia – sonhar não paga imposto, é perseguindo ideais que avançamos –, todos os Prefeitos brasileiros lograrão essa meta.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que a marca maior do nosso tempo será o dia em que tivermos todos os brasileiros, independente de cor, raça, credo, classe social, local de moradia, freqüentando a escola e com dignidade. Com a complementação de renda mínima, tenham alimentação em casa e possam adquirir melhores níveis de aprendizado. Essa será, sem dúvida, a grande revolução da educação no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, estou apresentando à Mesa esse projeto de resolução, para que seja apreciado pelos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Melo. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna pretendendo tratar de dois assuntos, caso o poder de síntese, que em geral me falta, apareça durante este pronunciamento.

O primeiro deles é relativo à querela entre nós e o Canadá; o segundo, a tentativa de partilhar com os meus Pares preocupações que tenho em torno da eleição do Presidente do Senado Federal e do Presidente da Câmara dos Deputados, que se realizará esta semana.

Com relação à questão do Canadá, apresentei esta Casa um requerimento de informações em que peço que se solicite ao Sr. Ministro da Defesa informar se existe, na execução do contrato para implantação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), a cargo da empresa Raytheon, fornecimento de equipamentos, materiais ou prestação de serviços de qualquer natureza pela empresa Bombardier do Canadá ou qualquer das suas subsidiárias, estejam elas no Canadá ou em qualquer outro país do mundo.

Para facilitar esta pesquisa, relacionei 21 subsidiárias da Bombardier no Canadá, nos Estados Unidos, na Áustria, na Alemanha e na Irlanda do Norte, empresas como a Learjet, a Beecraft, que pertencem à Bombardier. Explico, ao justificar o requerimento, que a Raytheon mantém, em várias partes do mundo, estreitas relações de negócios com a Bombardier, sendo incerto se existe ou não participação acionária de uma empresa no capital da outra.

As razões que levam um Parlamentar brasileiro a querer conhecer essas informações são mais ou menos óbvias. Entendo que nesse episódio, quando tanto se fala da imaturidade do Governo brasileiro em questões internacionais graves, o Brasil tem tido mais maturidade que um país com o passado, a cultura e o perfil do Canadá.

Nosso País poderia ter tido, logo após a sua primeira derrota na discussão, na luta, na disputa entre a Bombardier e a Embraer, uma iniciativa que não teve. Somos importadores de trigo canadense, mas nosso grande fornecedor é a Argentina – a participação do Canadá já foi mais importante. Se o Canadá perdesse o mercado brasileiro, não seria um desastre para ele, mas se expressássemos, em relação ao trigo canadense, a mesma dúvida de natureza sanitária expressada por aquele país em relação à carne brasileira, provavelmente o prestígio do trigo canadense no resto do mundo fosse abalado como foi o da carne do Brasil.

Que dúvida poderia mostrar, e é lícito que tenhamos, em relação à qualidade do trigo canadense? A produção e o consumo de alimentos transgênicos é objeto de uma controvérsia científica no mundo. E o Brasil, até que se esclareça em bases científicas confiáveis essa controvérsia, admite utilização de transgênicos apenas para fins de pesquisa. Poderíamos, com justa razão, dizer: não é que temos dúvida de que o trigo canadense seja transgênico, é que não temos certeza de que não é. Quem sabe se justificasse a ida de uma equipe técnica do Brasil ao Canadá para inspecionar a produção de trigo e tranquilizar o Brasil e o mundo, inclusive os países consumidores de trigo, que não aceitam, principalmente na Europa, a presença de transgênicos na sua mesa; para nos tranquilizar, para sabermos que não estamos comprando trigo transgênico do Canadá.

O Brasil não teve esse tipo de iniciativa, mas assistiu a um país que se diz maduro, civilizado, sério, fazê-lo da forma mais emocional, mais irresponsável, mais injustificável, criando um problema para o Brasil, que, de acordo com estimativas da sociedade rural brasileira, já produziu para o setor pecuário brasileiro um prejuízo estimado, hoje, em US\$1,7 bilhão.

Em que consiste, como se compôs esse prejuízo? No simples fato de que o esfriamento das compras internacionais de carne brasileira aumentou a disponibilidade no mercado interno, derrubando os preços internos da carne. Por um lado, perdemos vendas no exterior e, por outro lado, assistimos, já após a iniciativa do Canadá, a uma redução da ordem de 7%

nos preços internos da carne brasileira. Isso significa uma redução de 7% nas receitas do setor pecuário do Brasil, em virtude de uma simples guerra entre a Bombardier e a Embraer, porque a Bombardier não aceita o apoio que a Embraer recebe no Brasil e, por outro lado, não permite que se considerem subsídios os favores extraordinários que recebe no próprio Canadá e que promovem uma redução importante nos seus custos.

Por tudo isso, creio ser necessário e oportuno sabermos se a Bombardier é, hoje, fornecedora de alguma coisa ao Brasil, por quanto existe, no mundo, muita possibilidade de substituição de seus produtos, sejam eles materiais, equipamentos, serviços, por outros fornecedores. Seria lícito, até que se chegue a um desfecho decente nesta discussão com o Canadá, que começássemos a fechar não apenas uma, mas todas as portas com que hoje nos comunicamos com os interesses daquele país.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Pois não, nobre Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – Senador Geraldo Melo, farei um rápido aparte, porque desejo vê-lo comentar o segundo tema, que trata justamente do problema político que vivemos no interior das duas Casas. Gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de requerimento, que considero muito oportuno. No fundo, acredito que o tema é tão importante no mundo moderno que, muito cedo, o Parlamento passará a acompanhar com detalhes de quem compramos e para quem vendemos. Desejo também parabenizá-lo pelo conteúdo do pronunciamento, mostrando a posição que o Brasil vem adotando no embate com o Canadá no que se refere ao fornecimento de aviões, principalmente o conflito no mercado americano. Resta uma dúvida: não sei se o que V. Ex^a considera equilíbrio das autoridades brasileiras é um pouco de imobilismo em relação a reagir e disputar com agressividade e com firmeza, como outros disputam, os diversos mercados no mundo. Apesar da dúvida que tenho, quero parabenizar V. Ex^a pelo conteúdo do pronunciamento e pelo requerimento. Ao final de um mandato como Vice-Presidente do Senado Federal, exercido com muita competência e tranquilidade nos vários momentos em que foi demandado a decidir e agir, acredito que seremos brindados, muitas vezes, pela atuação de V. Ex^a nas comissões e principalmente no plenário, como brilhante orador que é. Era o aparte que gostaria de fazer ao seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Hartung, pelas palavras generosas. Desejo justificar que entendo que o Governo brasileiro não tomou uma iniciativa de destemperança, como a do Canadá, por entender que as regras do jogo internacional não comportam o absurdo cometido por aquele país. Pretendi apenas mostrar que, fôssemos nós um pouco mais irresponsáveis, um pouco mais levianos, poderíamos ter tomado uma atitude inteiramente simétrica àquela tomada pelo Canadá, provavelmente causando aos interesses daquele país prejuízos muito maiores do que a medida tomada em relação à nossa carne irá causar.

Eu vou encerrar este assunto dizendo que se há alguma coisa realmente séria, merecedora de atenção neste episódio que nós, brasileiros, não podemos transformar numa disputa estudantil, numa luta entre grêmios escolares – são duas nações importantes e respeitáveis – é o papel da Organização Mundial do Comércio neste processo. Nós, que a ela aderimos na certeza de estarmos ingressando em um fórum que resolveria e harmonizaria as difíceis relações de interesse no mundo comercial, não podemos assistir de braços cruzados a um desempenho da OMC que apenas consagre a eternização das relações de dependência entre as economias emergentes e as economias maduras e desenvolvidas do mundo. É bastante discutível a isenção da OMC ao apreciar a primeira parte deste processo, quando deu ganho de causa à Bombardier numa disputa em que o direito que a ela cabe é, no mínimo, tremendamente discutível.

Agora, permita-me a Casa ingressar em um território mais delicado.

Estamos às vésperas de uma eleição para a Presidência da Casa. Caminhamos dentro desse processo. Eu, como cidadão e como Senador, tenho a sensação do peso que representa o olhar da sociedade sobre nós. O povo nos vê, nos ouve, nos assiste, nos acompanha e nos julga. Eu olho para o que está ocorrendo hoje no Congresso Nacional sem poder reprimir a lembrança da luta de tantos anos que terminou me colocando aqui: os pronunciamentos e os discursos que proferi, os momentos de convívio com a população, a alegria de ver brotar na relação com o povo um sentimento de confiança e de esperança, que naturalmente está no espírito de cada um de nós. Não foi apenas comigo. Talvez eu seja o mais humilde de todos aqueles que passaram por esse privilégio da união do voto popular. Não foi apenas comigo, foi com todos nós. O povo está lá nas suas casas olhando os seus representantes, as pessoas que escolheu

para falar em seu nome; e está acompanhando esse processo.

Às vezes, chego aqui, vejo ali a imagem serena de Rui, e fico pensando se é que, como diria Camões, "lá onde eles se encontram, memória desta vida se consente? O que estariam pensando hoje homens como Rui Barbosa, Afonso Arinos, Tancredo Neves – estou me referindo ao Parlamento como um todo, e não apenas ao Senado –, Ulysses Guimarães, Darcy Ribeiro, Gustavo Capanema, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Benedito Valadares, Otávio Mangabeira. E, mais recentemente, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, o que estarão pensando sobre o fato de nós – que, se não somos, deveríamos ser ou deveríamos tentar ser a elite política do Brasil – não conseguirmos encontrar uma solução para um problema essencialmente político. O problema que estamos discutindo e que está nos dividindo não é um problema de engenharia, não é um problema de pesquisa espacial, não é o de fazer opções de alta tecnologia; o problema que está sendo discutido é um simples problema político, sobre o qual se supõe que tenhamos nós a experiência, o conhecimento e o talento necessários para lidar com ele.

Não posso tratar desse assunto incorporando ao que estou dizendo nenhum dos juízos de valor ou dos julgamentos pessoais que se têm feito nesse processo. Não é objeto do meu interesse ou das minhas palavras avaliar personalidades ou julgar pessoas, porque, se eu fosse julgar os defeitos dos outros, eu precisaria começar pelos meus e talvez descobrisse que eu mesmo não estava em condições de julgar ninguém. Não é isso e não é disso que se trata.

Trata-se apenas de que o Parlamento brasileiro permitiu que se disseminasse nesse processo um componente emocional tão profundo que, de repente, começamos a perder o senso dos limites. De um lado, vejo um Partido querendo afastar da Presidência dos trabalhos o Presidente do Senado, que seria suspeito para presidir uma eleição para a escolha de seu sucessor; de outro lado, vejo outro Partido querendo adiar as eleições da Câmara; e, ainda de outro lado, vejo se multiplicarem as fitas de denúncias e vejo também declarações tristes, que, nos últimos dias, passaram a ser declarações sobre um assunto que nem ao menos se discute nessas declarações.

Então, nesses quatro anos em que tive o privilégio de pertencer à Mesa Diretora do Senado, procurei dar à minha responsabilidade de Vice-Presidente desta Casa o melhor de mim mesmo, procurando ter senso de equilíbrio. Quando era necessário exercer

autoridade, não receava exercê-la, mas nunca me deixei possuir pela síndrome que, às vezes, acomete os Vice-Presidentes de pensarem que são Presidentes. Essa síndrome não me afetou. E, durante quatro anos, para minha honra e para meu prazer como Senador, convivi com o Presidente Antonio Carlos Magalhães. Levo desses quatro anos a lembrança de uma experiência riquíssima. E um dos componentes mais fortes dessa experiência é a minha certeza de que quem vai para a Presidência do Senado ou da Câmara tem a primeira e soberana obrigação, o primeiro e soberano dever de defender a Instituição. Defendê-la não é apenas armar barricadas lá fora para evitar que venham fechá-la ou varrer seus pisos em busca de bombas que destruam os edifícios. Não. Defendê-la também é preservar a sua imagem, o seu conceito na sociedade; defendê-la é preservar a credibilidade da Instituição; defendê-la é demonstrar que, como não existe democracia sem Congresso, este País tem Congresso e precisa continuar a tê-lo, e o Congresso precisa continuar sendo uma Casa que, com todos os seus defeitos, tal vez até por sua total visibilidade, recebe a crítica, mas também o reconhecimento da sua importância e da sua necessidade. Não podemos permitir que essa imagem se decomponha, sob pena de nós mesmos termos que sair às ruas e percorrer, no sentido inverso, o caminho que nos trouxe aqui, batendo na porta das casas das pessoas que acreditaram em nós, a fim de lhes dizer que não deveriam ter acreditado.

Acredito que a maior responsabilidade de quem vai, a partir de amanhã ou depois de amanhã, assumir o comando do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados é a de preservar esta Instituição. Como vejo hoje que a imagem da Instituição está se comprometendo antes do início da gestão dos seus futuros dirigentes, penso que quem se apresenta como candidato a Presidente da Câmara e a Presidente do Senado deve demonstrar, antes mesmo da eleição, o seu compromisso com a preservação da Instituição.

Que resultado prático pode ter o que estou dizendo aqui? Sei que nenhum. Os mais experientes, os mais sabidos, os mais espertos, talvez até estejam me ouvindo e considerando que este é apenas o discurso ingênuo de um homem que já não tem idade para ser ingênuo. Porém, a minha experiência política não foi suficiente para dobrar a compulsão de fazer aquilo que julgo ser o meu dever no dia de hoje. Trata-se de um apelo simples, um apelo que faço com humildade; um apelo que faço consciente de que a minha tarefa junto à Mesa do Senado terminou prati-

camente; um apelo que faço como brasileiro; um apelo que faço como Senador. A classe política, presente no Senado e na Câmara pelos Senadores e Deputados, tem nas mãos um problema político. Por que os candidatos, por que os Presidentes de Partido, por que os Líderes de Bancada não reconhecem que o tempo que falta é pouco e que se eles se sentarem em torno de uma mesa e tirarem de dentro do seu coração a experiência, a capacidade política, o amor ao Brasil e o dever de defender esta Instituição, vão reconhecer que esse assunto precisa ser rediscutido a partir de hoje e que o talento deles será capaz de apontar um caminho que dignifique esta Casa, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ocupar o tempo para, mais uma vez, voltar a um assunto que, sob certo aspecto, levou o nosso País a se reencontrar momentaneamente com seu espírito de brasilidade, de civismo, de nacionalidade.

Na verdade, o **affair** da carne, o **affair** da vaca louca, o **affair** da retaliação que o País sofreu – retaliação que foi uma calúnia, uma injúria por parte de uma das maiores potências do mundo, o Canadá – mexeu com os brios do povo brasileiro, como a dizer que o nacionalismo ainda existe no Brasil.

A defesa dos nossos interesses esteve presente mediante as vozes mais autorizadas do Congresso Nacional. Reagiu o Congresso Nacional, reagiram as classes produtoras e reagiu a nossa Imprensa, a qual merece os nossos elogios; reagiu também, de forma enérgica, o Presidente da República.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna não para repetir os argumentos já usados aqui em defesa do nosso País, mas apenas para dizer que esse caso é um alerta, é a ponta de um **iceberg** – para nós brasileiros é o fio da meada – a chamar nossa atenção para que cuidemos do Brasil. Essa foi realmente a primeira reação ostensiva das grandes potências a uma caminhada do Brasil, a uma trajetória de nosso País para penetrar em áreas tecnológicas, deixando sua posição de mero produtor e exportador de matérias-primas.

Essa manobra do Canadá, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocorreu às claras, com todas as letras, significando que o crescimento das exportações brasileiras está incomodando muito os países mais de-

envolvidos. Note-se que o Brasil e o Canadá ocupam quase a mesma posição no **ranking** internacional: estão entre a 8ª e a 10ª economia do mundo. É justamente esse país, próximo de nós nessa concorrência mundial de potência econômica, de economia que muito se assemelha à nossa, que pratica contra o Brasil aquilo que muitos classificam de retaliação. Todavia, não tenho dúvida ao afirmar que se trata de uma torpe campanha desencadeada por aquele país contra nós.

Foi uma brigada pelo comércio de aviões que motivou isso?

Seja qual for a motivação, Sr. Presidente, a verdade é que foi uma motivação cruel, mesquinha, porque mentirosa. Ela atingiu em cheio o Brasil, que é vanguardeiro em produção de carne, cuja exportação é responsável pela geração de US\$8 milhões. Foi exatamente nesse ponto que o Canadá resolveu caluniar o nosso País.

Dirão muitos: mas isso é uma mentira! Os técnicos do Canadá estão vindo ao Brasil e logo vão certificar-se de que isso é uma calúnia e que foi um erro do Canadá.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atitude do Governo canadense já nos causou graves prejuízos. Não tenho a menor dúvida disso.

Lembro-me de que Emile Zola, ao defender o Capitão Dreyfus, que, acusado de trair a França, foi posteriormente inocentado, escreveu: "Caluniai, caluniai; sempre ficará alguma coisa". O Canadá esqueceu os mais comezetinhos princípios da Diplomacia e investiu, de forma arrogante e torpe, contra o Brasil e os brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei admirado – não surpreso – com a reação do Congresso Nacional e de todas as nossas autoridades, porque esse sentimento de brasilidade está presente em todos nós. Vi com alegria que a Diplomacia brasileira está agindo.

Mas ocupou esta tribuna para fazer um alerta, em face dessa lição que nos foi dada: já que a globalização é muito cruel, precisamos adotar imediatamente mecanismos de defesa da economia nacional, que se está desenvolvendo. É preciso entender que as relações entre os países não são ingênuas; são relações difíceis, e o Brasil precisa estar preparado para defender-se na sua caminhada rumo ao desenvolvimento.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com muita satisfação, ilustre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Quero mais uma vez solidarizar-me com V. Ex^a pela densidade do seu discurso. É claro que todos nós estamos notando que o fio filosófico condutor do seu discurso é mais do que uma simples manifestação; V. Ex^a defende o nosso País, e eu não poderia deixar de manifestar-lhe a minha solidariedade.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral, pelo seu aparte.

Digo que precisamos nos antecipar aos fatos. Como? Eu me recordo de que o Senador Geraldo Melo, ao ocupar a tribuna, disse que havia feito um requerimento solicitando informações a respeito do Projeto Sivam. S. Ex^a indagava se esse projeto fazia referência a algum contrato entre o Brasil e alguma empresa canadense, seja de que natureza for, para aquisição de aviões ou de outras mercadorias incluídas no Projeto Sivam, que tive a honra de relatar nesta Casa. Hoje vejo que é um projeto indispensável à defesa da soberania nacional.

Em verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando relatei aquele projeto, além de defender que o Senado deveria dar o seu consentimento para a contratação do empréstimo, entrei no mérito do Projeto Sivam, o qual tinha um conteúdo verde/amarelo, um conteúdo nacionalista. Percebi que esse Projeto nos ajudaria a conhecer imensa parte do território brasileiro, talvez ainda desconhecida de todos nós, mas cobiçada alhures, cobiçada alhures, cobiçada além-fronteiras pela riqueza que representa a região Amazônica.

Defendi, naquela ocasião, um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, assim como tenho defendido, nesta Casa, um projeto de desenvolvimento para a região do Pantanal e que o projeto de crescimento, de desenvolvimento e de progresso para este País tem de, necessariamente, ser dirigido para o interior, eliminando as nossas desigualdades regionais e sociais.

Penso que esse episódio que envolve Brasil e Canadá serve para nos alertar para o fato de que devemos realmente avançar em direção ao interior, principalmente em direção à região Amazônica, Senador Bernardo Cabral, que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa, apresentando um projeto de desenvolvimento para o Norte brasileiro, a fim de que possamos evitar a cobiça que hoje recai sobre aquela porção do Território Nacional.

Lembro o ex-presidente francês, François Mitterrand, a propósito mesmo da Amazônia, quando afirmou ser o conceito de soberania hoje muito relativo, pois quem não toma conta do que é seu não pode exigir que os outros não se aproveitem das riquezas existentes. No caso, volto a repetir, ele se referia precisamente à região Amazônica.

Então, está na hora de este País acordar e colocar em prática esses projetos de desenvolvimento. A única forma de fazermos isso é cuidando de nossas empresas, de nós mesmos, da nossa soberania, construir uma nação que dependa do esforço, do suor e do trabalho de seus próprios filhos, os brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação a essa questão da carne, falo pelo Estado do Mato Grosso do Sul, o qual represento. Imaginem V. Ex^{as} o prejuízo que essa retaliação está causando ao Estado que é o maior produtor de carne bovina deste País, que possui 24 milhões de cabeças em seu rebanho! Imaginem V. Ex^{as} quantos contêineres estão parados em nossos portos em razão dessa calúnia que o Canadá espalhou pelo mundo inteiro contra o Brasil!

É fato, Sr. Presidente, que, com essa história de doença da vaca louca, algo ficará contra nós: haverá sempre aquela dúvida, até mesmo entre nós, brasileiros, sobre se essa afirmativa canadense é verdadeira ou mentirosa; contudo, uma afirmativa com a qual o Canadá nos agrediu frontalmente.

Por isso mesmo, estou defendendo, nesta Casa, um projeto de desenvolvimento para o Pantanal. Trata-se de um projeto, em andamento, pelo qual se destina uma verba de R\$400 milhões, sendo R\$200 milhões para o Estado de Mato Grosso e R\$200 milhões para o Estado de Mato do Sul. Toda via, essa iniciativa ainda não saiu do papel, precisando, pois, ser colocado em prática imediatamente a fim de que possamos promover o desenvolvimento de uma região tão rica como a do Pantanal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna em defesa da qual o que é nosso, para dizer que um pouco de nacionalismo ainda faz bem nesse mundo de globalização. Precisamos aprender a gostar mais de nós mesmos e nos anteciparmos aos fatos. Será que aguardaremos outra retaliação contra o Brasil para proferirmos aqui os nossos discursos, para formarmos uma comissão de Parlamentares e irmos às embaixadas formalizar os nossos protestos em defesa dos interesses nacionais? Acredito que não, Sr. Presidente.

Tenho repetido que devemos estar atentos a essa globalização, que, apesar de sabermos irreversível, é muito cruel. Nesse mundo de negócios, ninguém abre as asas para ninguém. O Brasil, se quiser continuar exportando e melhorando a sua balança de pagamentos, precisa realmente adotar mecanismos de defesa dos nossos produtos, aproveitando todas as riquezas, inclusive as encontradas no Pantanal e na região Amazônica.

O Estado de Mato Grosso do Sul não está brincando; o assunto é muito sério! V. Ex^{as} sabem qual o prejuízo causado ao Estado do Mato Grosso do Sul pelo fechamento das barreiras em virtude da febre aftosa? Mais de R\$500 milhões. Desde janeiro de 1999, por causa do comércio internacional, ficamos nessa situação, com as barreiras fechadas, sem a permissão necessária ao trânsito do rebanho de Mato Grosso do Sul para outras Unidades da Federação. Recentemente, mais precisamente na semana passada, o Sr. Ministro da Agricultura assinou – eu estava presente – uma portaria liberando esse trânsito. Pensei, então, que Mato Grosso do Sul estava livre do problema da febre aftosa; porém, ainda hoje, recebi correspondências dos meus conterrâneos, pedindo-me que tomasse as providências cabíveis, pois a referida portaria ficou no papel. Até agora, a Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul não está concedendo a competente licença para que o nosso gado seja vendido para São Paulo ou para outras Unidades da Federação – é a eterna burocracia emperando os progressos e o desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, devemos sair, às vezes, do campo da subserviência e reagir mais frontalmente. A nossa diplomacia precisa ser mais aguerrida no plano internacional; precisamos lutar mais pela defesa dos interesses do nosso País. Dispo-mos de um excelente corpo diplomático, do qual temos muito de nos orgulhar – e não há que se duvidar do patriotismo dos nossos representantes, em qualquer esfera, seja no Poder Legislativo, no Judiciário, no Executivo ou no corpo diplomático –, mas se não houver um pouco mais de arrojo e audácia em defesa daquilo que nos pertence, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estaremos, de tempos em tempos, com problemas como esse com o qual o Canadá, de forma injusta, provocadora, caluniosa, atentou contra a dignidade dos brasileiros.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Com toda a certeza, Senador Leomar Quintanilha; é uma honra ouvi-lo.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Ilustre Senador, desculpe-me interromper o brilhante pronunciamento que V. Ex^a traz à Casa e que nos envolve a todos, ante a preocupação, primeiramente, com a soberania nacional. Temos que nos levantar, efetivamente, de forma veemente, dura e inquestionável, quando se trata de resguardar a soberania nacional. Por outro lado, temos que, da mesma forma e com a mesma veemência, defender a qualidade da nossa carne, indubitavelmente uma das melhores do mundo, uma vez que é produzida a pasto – é o chamado “boi verde” do Brasil, criado sob as melhores condições com que se pode criar os animais. Vê-se, nobre Senador, nessa atitude do Canadá, um propósito inconfesso. Na verdade, não se trata apenas de uma preocupação com a qualidade da nossa carne; a imposição de barreiras sanitárias, capitaneada pelo Canadá, ao nosso produto é uma resposta, talvez uma manifestação de surpresa, pelas conquistas tecnológicas brasileiras, que colocaram a empresa Bombardier canadense, produtora de aviões a jato, preocupada, pois encontrou uma concorrente à altura no mercado: a Embraer, que está produzindo o ERJ-145, jato para vôos regionais, de altíssima qualidade, de tecnologia de ponta e que vem despertando a grande preocupação em uma disputa de mercado internacional. E o que faria o Canadá para concorrer, para retaliar, para criar dificuldades à concorrência leal que a Embraer está fazendo? Criar dificuldades nos outros setores de exportação como o da produção da carne. O Estado de V. Ex^a está extremamente prejudicado porque a pecuária é uma das principais fontes da sua economia, assim como o meu. Por essa razão, estou convencido, Senador Ramez Tebet, de que esta Casa, o Governo brasileiro, o Congresso Nacional como um todo haverão de responder à altura, como já estão respondendo as nossas autoridades diretamente ligadas à questão. A Chancelaria brasileira está respondendo à altura às declarações inoportunas e inadequadas feitas pelo Canadá. Haveremos de resgatar a credibilidade que o Brasil tem com relação à qualidade da carne bovina brasileira exportada não só para o Canadá, a qual não oferece nenhum risco à saúde humana, preocupação levantada pelo Canadá. Portanto, Senador Ramez Tebet, receba os meus cumprimentos, a minha homenagem e a minha solidariedade nessa luta que não é somente de

V. Ex^a, mas de todos nós desta Casa e do Congresso Nacional.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a analisa a questão com extrema categoria. É claro que o problema é de concorrência comercial. Todos temem o avanço do Brasil, país rico, de solo fértil. Quando eu falei na Amazônia e no Pantanal, referi-me a duas regiões que possuem a substância, a mercadoria que vai valer mais do que ouro e mais do que o petróleo daqui a alguns anos, que é a água. Devemos ter um projeto de desenvolvimento para essas e outras regiões mais pobres do nosso Brasil, a fim de eliminarmos as desigualdades regionais. Podemos crescer ainda mais.

V. Ex^a acentuou muito bem: o problema é de concorrência. Mas esse não é um fato isolado; outras atitudes surgirão. É por isso que estou chamando a atenção de todos. Classifico criminoso essa manobra do Canadá porque caluniosa, surge num momento em que ele estava perdendo terreno para a aviação comercial brasileira.

Vejam a coincidência: o Canadá e o Brasil possuem, praticamente, o mesmo potencial econômico, ambos estão entre as maiores potências econômicas do mundo. Só que o Canadá faz parte do Grupo dos Sete, é considerado um país desenvolvido. Nós temos uma riqueza em potencial, da qual precisamos cuidar e defender desde agora, para que ela não nos seja surrupiada pelas nações mais poderosas.

Sei que V. Ex^a conhece bem o problema da carne. Volto especificamente ao assunto. V. Ex^a muito me honrou com um breve aparte. V. Ex^a representa o Estado de Tocantins e sabe que o nosso rebanho é dos melhores do mundo. O rebanho bovino de Mato Grosso do Sul é o maior, e o de Tocantins não fica muito atrás.

Precisamos de uma solução urgente, em defesa daquilo que é nosso, em defesa dos criadores, dos produtores que aprimoraram o nosso rebanho. Temos que prestar uma homenagem ao produtor rural do Brasil, ao criador do Brasil, pela qualidade do produto brasileiro, infelizmente afetado por uma calúnia. Volto a afirmar: da calúnia sempre fica alguma coisa.

O Canadá, Senador Leomar Quintanilha, prejudicou consideravelmente o Brasil, apesar de acreditar que, com um lastro de bom senso, ele devia era pedir desculpas ao mundo inteiro por cometer injustiça tão grave contra o nosso País. Mas essa desculpa vai chegar um pouco tarde, porque prejuízos ele já deu à nossa economia.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Romeu Tuma.

Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a haverá de compreender que preciso conceder o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tenho certeza de que o eminente Senador Romeu Tuma será muito breve.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Serei breve, Sr. Presidente. Apenas desejo cumprimentar o Senador Ramez Tebet pela sua eloquência e pelos constantes discursos que faz em defesa dos interesses nacionais. Enquanto V. Ex^a fazia uso da palavra, recordei-me de um fato muito angustiante: o Canadá lutou, neste plenário e na Câmara, para aprovar o acordo de extradição de criminosos e daqui levou, por benevolência do Governo brasileiro, dois seqüestradores que tanto mal causaram, não só ao Brasil, mas a vários países da Europa e da América Latina. O Canadá, pelo interesse de uma empresa privada, tenta sacrificar o Brasil num momento em que esse necessita de apoio internacional para o seu desenvolvimento. Esquecem-se de que a miséria e a pobreza ainda são grandes no nosso país. E ainda vem falar em direitos humanos. Levaram os seqüestradores para serem tratados como príncipes e querem que o povo brasileiro sofra com a pressão econômica dos grandes países. Temos que reagir, como disse V. Ex^a. Estive na última Couro moda – que depende do couro das vacas –, onde foi dito que havia uma grande preocupação por parte do Canadá com o avanço na exportação do calçado brasileiro para aquele país, que já avisava que colocaria obstáculos comerciais a fim de impedir a importação desse produto. Endosso o protesto de V. Ex^a e argumento que a Raytheon poderá, indiretamente, comprar do Canadá, sem que o Brasil tome conhecimento, e montar os componentes dos equipamentos que utilizará. Assim, o ofício do Senador Geraldo Melo tem que ser estendido para todos os produtos que virão ao Brasil, mesmo que adquiridos indiretamente por outras empresas americanas ou alemãs que construirão os equipamentos para a vigilância da Amazônia. Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, desejo cumprimentá-lo pela lembrança, pelo exemplo que trouxe a esta Casa. Como o Canadá foi rápido, Senador Romeu Tuma! Como a diplo-

macia canadense foi rápida, tão interessada, quando se tratava de defender compatriotas seus que haviam praticado crimes aqui no Brasil, como o seqüestro de brasileiros. Com que tristeza nós vimos o Brasil permitir a extradição deles!

Senador Romeu Tuma, nós não aprendemos a lição naquela época, mas a lembrança de V. Ex^a justificou a minha vinda a esta tribuna. Como eu disse no início do meu pronunciamento: a minha presença aqui é para servir de alerta para que sejamos mais audaciosos, mais arrojados, para que adotemos medidas de defesa dos nossos interesses o mais rapidamente possível.

Temos que, primeiro, defender os interesses do Brasil, colocá-los acima de tudo. Não podemos ser complacentes. Eu diria até, sem que reratingir a diplomacia brasileira, fazendo um trocadilho que pode ser muito barato, que nós não podemos ser tão diplomáticos como temos sido. Precisamos reagir quando atingem ou procuram atingir a soberania brasileira. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos, eminente Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação de liderança.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da ora do ra.) – Sr. Presidente, primeiramente, comunico, com muito prazer, que o Partido Popular Socialista, PPS, volta a integrar o Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal. É evidente que, durante este ano, mesmo o Partido Popular Socialista não estando integrado oficialmente ao Bloco, tive uma oportunidade de fazer discussões qualificadas, realizar um debate de idéias extremamente qualificado, à luz dos interesses da sociedade, dos interesses do povo brasileiro. E isso que não era formal, acabou nesse momento importante sendo formalizado pelo Líder do PPS, Senador Paulo Hartung, assinado também pelos Senadores Roberto Freire e Carlos Wilson.

Para todos nós do PT e PDT, que integramos o Bloco da Oposição, é motivo de honra e de orgulho a reintegração desses companheiros do PPS, extremamente valorosos, ao Bloco Parlamentar da Oposição.

Aproveito também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para registrar que nós, do Bloco Parlamentar da Oposição juntamente com o PPS – falo também em nome do nosso Líder na Câmara, Deputado Walter Pinheiro, e do Presidente do meu Partido,

nosso querido companheiro Deputado José Dirceu –, somos contrários ao adiamento da data da eleição para a Presidência da Câmara e do Senado. Entendemos que são gravíssimas as denúncias feitas nesse final de semana, as que vêm sendo feitas pelos meios de comunicação e as enviadas por meio de literatura ou de dossiês a todos os Parlamentares da Casa, que por sua vez as têm encaminhado ao Conselho de Ética. Entendemos que é de fundamental importância que se instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito para se fazer logo uma apuração geral. Talvez uma CPI água sanitária, para que possamos apurar tudo que vem sendo dito até o momento. Toda vez que esse sepulcro caiado se rompe e o odor fétido alcança mentes e corações espalhados pelo Brasil cria-se, em cada um de nós Parlamentares, a obrigação de envia-los esforços no sentido de garantir o aprofundamento das investigações. Sendo assim, somos favoráveis à CPI, ao aprofundamento das investigações. A Oposição, em nenhum momento, foi omissa ou cúmplice diante de denúncias, dossiês, fitas ou o que quer que tenha sido apresentado tanto em relação à Câmara quanto ao Senado.

Deixamos claro, no entanto, que somos contra o adiamento da eleição, que deve acontecer no dia 14, conforme foi convocada. Todos os debates de vem ser públicos, segundo a vontade da Oposição. A estrutura de comunicação do Congresso deve possibilitar, inclusive, o debate entre todos os candidatos. Qualificando-se um debate com a sociedade sobre o papel da instituição poderemos, de fato, eleger, com a participação desta, o futuro Presidente do Senado e da Câmara.

O Bloco da Oposição tem um candidato, o Senador Jefferson Péres. Procuramos todos os Parlamentares da Casa para discutir a candidatura do Senador Jefferson Péres, que é um homem de bem, de valor. Embora S. Ex^a integre o Bloco da Oposição, em nenhum momento promoveu debates ideológicos, programáticos ou deixou de cumprir o que mandam a Constituição e o Regimento Interno da Casa. Portanto, só deveriam ter medo do Senador Jefferson Péres, na Presidência da Casa, aqueles que fazem o discurso da independência da instituição democrática e que não querem se submeter ao rigor da Constituição e do Regimento Interno da Casa.

Sr. Presidente, faço essas observações deixando o debate – em função de ter apenas cinco minutos como Líder –, para o qual havia me inscrito, sobre as questões da vaca louca, das relações internacionais do Brasil não apenas com o Canadá, e, enfim, da in-

serção do Brasil na globalização subordinada aos interesses do grande capital, das grandes nações, do Fundo Monetário Internacional.

Durante o discurso da Sr^a Heloísa Helena, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que o Partido Popular Socialista – PPS, volta a integrar, a partir desta data, o Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2001. – Senador **Paulo Hartung** – Senador **Roberto Freire** – Senador **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O expediente lido vai à publicação.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, eu havia cedido a minha vaga para o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito ou quase tudo já se falou a respeito do boicote canadense à carne brasileira. De tudo que é maléfico, quase sempre tiramos conclusões boas. A conclusão que tiro dessa situação é a de que a sociedade brasileira não está morta, de que o povo brasileiro não está inerte. Levantou-se em toda parte o brado de nacionalismo que há muito tempo não ouvíamos em nosso País.

Essa mudança de atitude ocorreu, embora de maneira tímida, por ocasião da mudança do nome Petrobras para Petrobrax. Um absurdo altamente inusitado que, quero acreditar, ocorreu sem o conhecimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que gastou muito dinheiro dos cofres públicos. Com essa bobagem gastou-se muito dinheiro e, na ocasião, percebemos que a sociedade brasileira está

alerta. O problema da vaca louca tornou-se um insulto ao trabalho cada vez mais qualificado, que vem sendo introduzido nos diversos Estados brasileiros por seus respectivos Governadores e pelo Ministério da Agricultura e, sobretudo, pelos trabalhadores rurais, principalmente onde mais se cuida da qualidade sanitária dos nossos animais.

Portanto, acho que foi bom, teve um lado positivo, me xeu com o brio, mais uma vez, de toda a Nação brasileira. Contudo, quero acreditar que com a missão diplomática de sanitaristas do Ministério da Agricultura canadense, que estará chegando ao Brasil na próxima quarta-feira, tudo haverá de resolver-se na mais absoluta harmonia, diplomaticamente, talvez mais ainda do que quer ou deseja o Senador Ramez Tebet, dizendo que nem tudo tem que ser resolvido com excesso de democracia. Concordo com S. Ex^a, mas tenho a impressão de que, na quarta-feira, talvez na próxima semana, já teremos solucionado diplomaticamente a questão desse boicote, desse embargo canadense, que tem outros motivos – todos nós sabemos –, que é o caso da Bombadier.

Muito mais do que isso, existe o fato de o povo da América do Norte estar querendo forçar o Brasil a entrar muito cedo na Alca. E a posição brasileira está altamente correta. Quero aqui referendar e dizer da minha alegria pelo comprometimento do Chile com o Brasil, no sentido de ingressar na Alca só a partir de 2005.

Acredito que essa posição do Brasil é muito importante. Temos que cuidar primeiro do Mercosul e posteriormente da Alca. Tive oportunidade de representar o Brasil em uma reunião preparatória da Alca na Costa Rica. Acredito que o Brasil está absolutamente correto. A implantação da Alca, conforme opinião da maioria do grupo latino-americano, deve ser processada a partir de 2005. Primeiro temos que cuidar do Mercosul; temos que fortalecer a América do Sul, Sr. Presidente.

Eu disse aqui, em algumas oportunidades, que não sou a favor da globalização. Todos que são a favor sabem que ela vem de maneira inexorável. A globalização é como uma enchente, um vendaval que, queira ou não, acontecerá e temos que estar preparados para nos defender. Globalização nada mais é do que uma moderna forma de colonização das grandes potências sobretudo sobre as nações em desenvolvimento.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Confiro o aparte, com muita honra, ao eminente representante do meu querido Estado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Carlos Patrocínio, quero parabenizar V. Ex^a pela análise que faz do contexto da economia globalizada, principalmente a primeira parte do discurso de V. Ex^a. Realmente foi muito importante para o Brasil, para o País e para a Nação, a nossa primeira reação, quem sabe dura. Para alguns, poderia ter sido ainda mais dura. Mas, em um segundo momento, a negociação foi entregue a ninguém menos do que o Ministro Celso Lafer, cuidadosamente escolhido pelo Presidente da República, e que vai, definitivamente, dar encaminhamento correto ao processo, que precisa agora do profissionalismo e da categoria da nossa diplomacia por ele muito bem representada. E a sua preocupação, muito bem justificada, Senador Carlos Patrocínio, tem em vista a economia do País, a economia do nosso Estado. Nós somos promissores produtores de carne da mais alta qualidade, tendo sido recentemente excluídos da zona de risco da aftosa. Tomamos medidas saneadoras, o que nos permite hoje a exportação e o consumo interno. A partir deste momento, a condução deste contencioso está muito bem entregue ao nosso Ministro Celso Lafer. Com relação à globalização, concordo também com V. Ex^a de que não há mais como nos colocarmos contra ela. Há de se escolher a maneira correta de nela vermos os interesses brasileiros e a sua inserção. Imagino sempre que nós, que, até o presente momento, temos sido a parte mais fraca dessa negociação, como a nossa biodiversidade, com nossos recursos naturais, detentores de grande percentual das águas doces deste planeta, temos, sim, o lado mais forte; temos, sim, como provocar a nossa inserção nesse contexto em uma posição mais firme. Sem dúvida nenhuma, a defesa do Mercosul, dos nossos interesses e do nosso continente, isso tudo está sendo muito bem analisado no pronunciamento de V. Ex^a. Eu o parabenizo. Certamente, os tocantinenses também comemoram o que já vislumbramos como uma saída desse impasse com o Brasil fortalecido. Quem sabe estejamos nos posicionando de uma maneira mais firme e respeitada nesse contexto que há de ser muito bem observado, sim, porque já é um contexto globalizado em que aqueles que detêm a tecnologia e a supremacia da sua posição econômica acabam por impor seus interesses. O Brasil vai indo muito bem. Nossa economia se estabiliza e nosso desenvolvimento está sinaliza-

do pelos seus números. Portanto, Senador Carlos Patrocínio, comemoro seu pronunciamento como a nova etapa do processo em que o Brasil há de sair fortalecido.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço, eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, sua intervenção. V. Ex^a, que também se preocupa com o desenvolvimento do nosso País e, principalmente, do Estado de Tocantins, sabe que, se o País sofrer com o processo perverso da globalização – se ela for dirigida nesse sentido –, nossos Estados periféricos, aqueles que estão em fase de desenvolvimento, haverão de padecer sob a égide do desenvolvimento globalizado.

Eu gostaria de alertar o Plenário e toda a Nação brasileira para o fato de que devemos estar preparados, porque outras retaliações virão, sem a menor sombra de dúvida. Não estamos tendo tempo suficiente para dizer sobre a retaliação que sofrerá o Brasil com relação a produtos utilizados no tratamento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Os Estados Unidos já se preparam para retaliar, alegando que não estamos cumprindo devidamente as regras de regulamentação de patente.

No caso do Canadá, o Brasil já havia sido punido pela OMC e havia aceitado: US\$900 milhões foi a multa que o Brasil teria que pagar ao Canadá, que seria o subsídio dado à Embraer. Isso poderia ser resolvido de outra maneira.

Devemos tirar bons exemplos da globalização mundial, da retaliação e da busca incessante das grandes nações que não querem efetivamente que outros países, com o potencial que o Brasil tem, possam se tornar uma grande potência.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo, com muito orgulho, o aparte ao eminente Senador Francelino Pereira.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Carlos Patrocínio, quero dar a V. Ex^a meu testemunho da repercussão, não apenas no nosso Estado de origem, mas em todo o País, da decisão tomada pelo Canadá referente à importação de carne brasileira. Simultaneamente com os fatos políticos que envolvem toda a sociedade brasileira, este episódio de natureza econômica repercutiu da melhor maneira possível, transferindo para nós do Poder Legislativo e do Poder Executivo a responsabilidade por uma solução imediata de interesse da Nação inteira. Minas Gerais, um estado central e que tem vital interesse na pe-

cuária brasileira, embora tenha demonstrado sua preocupação com o assunto, está transmitindo a sensação de confiança de que a sociedade brasileira, unida, estará assumindo uma posição que corresponde exatamente à vontade brasileira. Ao mesmo tempo em que o Ministro Pratini de Moraes revela publicamente, por meio de comemorações e manifestações diversas, êxito na política de pecuária, toma-se uma decisão dessas em que praticamente se joga por terra todo o esforço envidado pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo. Contudo, a reação brasileira, não apenas no plano diplomático, mas também no âmbito parlamentar – e é importante a decisão parlamentar, que espero seja votada neste plenário –, vem repercutindo muito bem. Esse era o testemunho que gostaria de dar, em nome do povo do meu Estado. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Senador Francelino Pereira, talvez o Estado de Minas tenha sido sempre o mais alerta do País, pois lá foi deflagrada a Inconfidência Mineira. Neste momento, quando, em virtude da posição assumida, é atingido o segmento social mais importante da Nação, representado pelos produtores rurais, pelos agropecuaristas, tendo consciência de quanto o seu Estado produz de alimento, de leite, de produtos de primeira necessidade. Por isso, fico muito satisfeito em saber da atitude de Minas Gerais, posição essa uníssona em todo o Brasil.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Carlos Patrocínio?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço o aparte de V. Ex^a, com muita satisfação.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Carlos Patrocínio, entendo que o fenômeno da globalização é irreversível, não seremos nós que poderemos controlá-lo ou evitar que o Brasil se insira nesse processo de interação mais estreita que estamos acompanhando e que acontece entre as nações. É claro que esse processo traz muitos malefícios, mas traz também benefícios. O que importa, nobre Senador, é que o Brasil adote posições firmes de proteção inclusive aos interesses brasileiros, ao seu sistema de produção, ao seu sistema de exportação e, sobretudo, ao sistema de importação. Podemos constatar, ao longo das relações observadas entre as nações, que, em regra, o sistema de importação de produtos estrangeiros acaba trazendo algum transtorno quer ao parque industrial, quer ao sistema produtivo brasileiro. Aí é que precisamos tomar medidas mais

firmes, mais adequadas de proteção à economia brasileira. Nenhum país é mais democrático do que os Estados Unidos, mas nenhum é mais protetor de seus interesses do que os Estados Unidos, que inventam as mais diversas de barreiras – barreira tarifária, barreira sanitária – quando querem impedir que os nossos produtos concorram com os seus produtos, já que, em qualidade, temos das condições de concorrer e até de superar. Portanto, é imperativo que adotemos, no plano interno, um sistema de proteção aos nossos produtos, para que possamos, nessa interação de interesses econômicos entre as nações, ter a altivez e a independência de negociá-los. Mas entendo que o processo de globalização é irreversível, não há como invertê-lo.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Não há a menor dúvida, eminente Senador Leomar Quintanilha. Apenas falamos que não gostaríamos que existisse o processo de globalização. Mas ele é irreversível e vamos ter de nos preparar para que ele venha, mas que venha de acordo com aquilo que possamos fazer em nosso País e, se possível, de maneira a beneficiar o povo brasileiro. Se não formos competentes o suficiente, pelo menos vamos procurar minimizar os efeitos maléficos da globalização.

De qualquer maneira, quero acreditar que as autoridades diplomáticas se houveram bem. Estávamos numa transição do Ministro Luiz Felipe Lampreia para o Ministro Celso Lafer, que, juntamente com o Ministro Prati de Moraes, tomou as providências cabíveis no caso. Creio que vão resolver essa questão de maneira diplomática.

Mas quero dizer ainda, Sr. Presidente, para terminar – eu teria ainda um discurso para ler, mas deixarei para fazê-lo numa próxima oportunidade – da minha alegria de ver que o povo brasileiro não está morto, não está inerte, não está hibernado e está prestando atenção naquilo que acontece com a "Petrobrax", naquilo que acontece com as relações diplomáticas com o Canadá, mas está também, Sr. Presidente, prestando atenção nos acontecimentos ocorridos dentro desta Casa com a eleição para a Presidência do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, quando as nossas Instituições – sobretudo a nossa Instituição Poder Legislativo – vão conseguindo, de maneira ainda que tímida, a passos lentos, conquistar eu não diria a admiração, mas pelo menos a observação, a vigilância mais atenta do povo brasileiro, temo que, de repente, essa credibilidade volte a desmoronar, porque não estamos sabendo conduzir o processo de reeleição nas duas Casas.

Quero fazer um apelo, que já tive oportunidade de fazer na semana passada, e referendar as palavras do eminente Vice-Presidente desta Casa, Senador Geraldo Melo, pedindo às autoridades, aos nossos Colegas, àquele clã que está no patamar mais alto da legislação brasileira, àqueles que desfrutaram dos maiores entendimentos político-partidários dos grandes cargos, para que possamos resolver essa questão das sucessões das duas Casas do Parlamento brasileiro.

Sempre tive oportunidade de votar tranquilamente de acordo com a tradição desta Casa. Tive o privilégio de trabalhar, durante quatro anos, como 2º Secretário desta Casa e, às vezes, até como 1º-Secretário, no impedimento temporário do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Sr. Presidente, confesso que, ao assumir esse cargo, tive temores de trabalhar com V. Ex^a, dado que ainda não tínhamos travado um conhecimento mais íntimo. E sabemos que a vida de V. Ex^a é muito comentada em todas as partes do Brasil. Entretanto, posso afirmar – e gostaria de usar a tribuna para fazê-lo – que, durante todo o nosso trabalho, durante esses quatro anos, resolvendo os problemas afetos ao Legislativo brasileiro, sobretudo na Câmara mais alta do País, V. Ex^a só transmitiu-me confiança, moralidade, vontade de trabalhar e, acima de tudo, estofamento moral para conduzir esta Casa.

Portanto, não gostaria de que qualquer outro Senador pudesse substituí-lo no comando desta Casa sob pena de perdermos aquilo que já estávamos começando a alcançar junto à opinião pública nacional. Não quero dizer que V. Ex^a seja melhor do que ninguém, nem que outro candidato seja pior do que ninguém, mas gostaria de que prevalecesse, de hoje até a próxima quarta-feira, o bom-senso, sobretudo daqueles que têm sob suas mãos a maior responsabilidade de entregar ao povo brasileiro um comando firme, que haverá de marcar história na condução dos destinos deste Parlamento.

Cumprimento a Mesa Diretora e os demais Membros, com quem tive a honra e o prazer de trabalhar excepcionalmente durante esses quatro anos. Quero dar o meu testemunho de que jamais, em tempo algum, qualquer Membro da Mesa levantou suspiros daqueles com assento na Casa.

Gostaria que, novamente, o Congresso Nacional tivesse no comando uma pessoa de alta respeitabilidade e que merecesse, de fato, a confiança do povo brasileiro. Nunca como agora o Poder Legislati-

vo teve que se afirmar tanto perante a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado a V. Ex^a, que foi, sem dúvida, um grande Secretário, não só como 2º Secretário, mas também quando exerceu a 1ª Secretaria, demonstrando um espírito público notável.

Aproveito também a oportunidade para agradecer ao Senador Geraldo Melo, que foi também dos mais brilhantes representantes da nossa Mesa. Trabalhamos com harmonia e sempre levando em conta os interesses mais altos do País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência convoca os Srs. Senadores para a Primeira Reunião Preparatória da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Primeira Legislatura, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 14 do corrente, às quinze horas, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal para o biênio 2001/2002.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a e os demais membros da Mesa pela eficácia do trabalho durante esses quatro anos, quando tanto se produziu nesta Casa, se trabalhou com amor e dedicação, com resultados insofismáveis à administração do Senhor Presidente da República e a todos os brasileiros, que aprenderam a admirar em V. Ex^a e naqueles que com V. Ex^a trabalharam na Mesa, a dignidade e o respeito à coisa pública.

Que Deus o abençoe na sua caminhada! Tenho certeza de que sua permanência nesta Casa estará sempre a iluminar e orientar o nosso caminho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço as primeiras palavras de V. Ex^a, que é um grande amigo e um Senador que trabalha por São Paulo e pelo Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no período de 16 a 19 de janeiro último, São Paulo sediou no Pavilhão de Exposições do Anhembi o primeiro grande encontro de moda e negócios do setor de calça-

dos, artigos esportivos e artefatos de couro deste começo de século. Com presenças ilustres, como a do Presidente da República em exercício, nosso correligionário e amigo Marco Maciel; do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Alcides Tápias; do Vice-Governador de São Paulo, no exercício da governança, Geraldo Alckmin; da Prefeita de São Paulo Marta Suplicy e outras autoridades, foi realizada a 28ª edição da Couromoda, maior feira especializada da América Latina e terceira do mundo.

Responsável pela movimentação da indústria calçadista e de artefatos de couro nos primeiros três meses do ano, a Couromoda é passagem obrigatória para quem fabrica ou vende produtos do ramo no País. A feira é o ponto tradicional de encontro do maior e mais representativo grupo de empresas de calçados de couro do Brasil, responsável por 80% da produção total do País nessa área. O evento tem um público tipicamente profissional, que congrega tomadores de decisões na indústria e no varejo desse destacado setor da economia brasileira, que tem um PIB estimado em US\$ 11 bilhões, apenas na fase industrial, sem citar o varejo. Os negócios iniciados na Couromoda, segundo a média dos últimos anos, respondem por cerca de 20% das vendas anuais da indústria brasileira de calçados e artefatos de couro.

A Couromoda é também um grande **show** de moda. Apresenta desfiles e performances e serve de palco para que as empresas apresentem ao varejo as novas coleções de calçados, tênis, bolsas e acessórios, e as estratégias de **marketing** para conquistar a preferência dos consumidores.

Setecentos e um expositores de todo o Brasil e 45 companhias estrangeiras participaram da feira, que recebeu este ano cerca de 50 mil visitas profissionais, representando 30 mil empresas compradoras no Brasil e no exterior. Dez por cento desses visitantes foram estrangeiros, em sua maioria países da América Latina, que ocupa o segundo lugar dentre os maiores mercados para calçados brasileiros no exterior, com 31,8 milhões de pares importados do Brasil no período de janeiro a outubro do ano passado, atrás apenas dos Estados Unidos, para quem nosso País exportou, no mesmo período, 83,6 milhões de pares de calçados.

Nos últimos anos, a Couromoda vem ampliando sua área de abrangência também para setores afins, como o de confecções, matérias-primas e tecnologia para calçados, além de produtos e serviços para gerenciamento de lojas. A feira apresenta também duas outras áreas de interesse para lojistas: a de confec-

ções e acessórios de moda, concentrada na Feninver, que acontece simultaneamente, e a de artigos esportivos. Reconhecendo a importância desse setor para o mercado brasileiro, a Couromoda vem buscando reunir os principais fabricantes de tênis, confecções e acessórios para esporte. Sob a bandeira da Feira dos Esportes, o setor já conquistou **status** de evento especial dentro da feira.

Nas palavras do presidente da Couromoda, Francisco Santos, a 28ª edição da feira se realiza numa fase extremamente positiva para a indústria de calçados. Ressaltando a importância da participação empresarial em ações sociais, Francisco Santos anunciou, em nome da Couromoda e Abicalçados, a doação de 30 mil pares de calçados infantis, que serão entregues ao longo do ano à Prefeitura de São Paulo, iniciativa que mereceu agradecimentos e elogios da Prefeita Marta Suplicy.

Completando 75 anos de atuação no mercado, a Samello Calçados, da cidade de Franca, São Paulo, uma das maiores e mais tradicionais empresas do País, aproveitou a feira para marcar a data duplamente. Reunindo lideranças setoriais e convidados, a empresa lançou, durante a Couromoda 2001, o Museu do Calçado Miguel Sábio Mello, que leva o nome do fundador da empresa. O museu mostrará, através de seu acervo, a trajetória da marca e a composição histórica do calçado nacional.

Originária de uma pequena oficina de calçados, a empresa Samello destaca-se no cenário calçadista nacional pela reconhecida qualidade dos produtos que fabrica e pelo pioneirismo, que a tornou a primeira exportadora de calçados do País. A matriz da empresa fica na cidade paulista de Franca, emprega atualmente 2.200 funcionários. Além da fábrica, a Samello possui unidades fabris também nos Estados da Paraíba e no Estado do Senador Francelino Pereira, Minas Gerais. Só no ano passado, as vendas de mocassins e outros modelos da marca Samello para o Paraguai, Argentina e Uruguai, países do Mercosul, deram um novo impulso a este setor empresarial, no âmbito do Mercosul. As vendas para o mercado externo, englobando também o Japão e países europeus, mantêm-se, ainda, lideradas pelos Estados Unidos.

Fundada por Miguel Sábio de Mello, a empresa esteve sempre alicerçada na gestão familiar, conduzida pelos oito filhos do fundador. Nas comemorações dos 75 anos da Samello, um nome emblemático na história da empresa foi lembrado com carinho especial pelos presentes: Wilson Sábio de Mello. Falecido há três anos, o empresário foi sempre um entusiasta

do setor, reconhecido e respeitado em todas as esferas empresariais e governamentais, bem como nas camadas mais simples da população. Tornou-se um dos grandes brasileiros da área calçadista nacional, setor ao qual se dedicou desde os nove anos de idade. De espírito pioneiro e desbravador, Wilson Mello foi também um dos grandes responsáveis pela projeção e divulgação da cidade de Franca, incentivando o surgimento de novas indústrias de calçados e o incremento das exportações.

Cumprimento, desta tribuna, diretoria e funcionários da empresa Samello pelos 75 anos de sucesso, alcançado graças à dedicação a um trabalho que não sofre interrupção ao longo dos anos, passando de uma geração a outra e cujo êxito reverte-se em favor de todo o setor calçadista brasileiro.

Assim como a empresa Samello, os demais participantes da 28ª Couromoda confirmaram os resultados positivos da visita e dos negócios da feira, corroborando as previsões otimistas dos empresários. As pequenas e microempresas reunidas no estande coletivo do Rio Grande do Sul apresentaram números positivos. Apenas nos dois primeiros dias de feira, o grupo de 37 empresas já totalizava vendas de 881 mil unidades, entre calçados e bolsas, contra 600 mil unidades vendidas nos quatro dias de feira de 2000. O sucesso do evento sinaliza a continuidade do crescimento do setor. No ano passado, o mercado interno registrou um crescimento de 16% no setor enquanto o de exportação crescia 22%. Em 2001, as perspectivas para o ramo prevêem um crescimento de até 20%.

Encerrado o evento, os resultados das vendas que ali foram geradas, em média 25% maiores que no ano anterior, levaram expositores e visitantes a considerarem a 28ª Couromoda como a maior dentre todas as edições da feira já realizadas.

Após encerrar a redação deste pronunciamento, a imprensa publicou a preocupação dos exportadores brasileiros e compradores canadenses com a possibilidade de retaliações comerciais impostas pelo Governo do Canadá contra a exportação brasileira de calçados, contra as quais protestamos. Esperamos que o Governo brasileiro reaja contra isso e consiga manter o nível de exportação de calçados do Brasil para o Canadá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os colegas desta Casa já conhecem, há bastante tempo, a obsessão com que tenho tratado o tema da duplicação das rodovias federais BR-153, BR-365, BR-050 e BR-060. É uma luta a que tenho me dedicado com afinco, porque é justa e destinada a melhor integrar a Amazônia, o Distrito Federal, parte da região Nordeste e o Centro-Oeste a São Paulo e aos países do Mercosul.

O trecho a ser duplicado tem 467 quilômetros, sendo 306 em território goiano e 161 em Minas Gerais. Constitui-se, na verdade, como já disse, no principal eixo de acesso à Amazônia, pela rodovia Belém – Brasília, ligando também o Centro-Oeste ao mercado consumidor de São Paulo, ao porto de Santos e aos países do Mercosul.

A medida do transporte de riquezas por essa via de ligação Norte – Sul pode ser dada por apenas uma informação: com um fluxo diário de mais de 25 mil veículos, essa via é responsável pelo transporte de quase 90% da exportação e da importação dos produtos que se destinam a Goiás e ao Distrito Federal.

A importância da duplicação dessa via ou desse eixo é a razão do nosso esforço. Quando tive a honra de ser designado Relator da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, nesta Casa, empenhei-me, naquela condição, para a realização de uma audiência pública, que se tornou histórica, na cidade de Itumbiara, no Estado de Goiás.

Precisamente no dia 4 de agosto de 1997, realizamos essa audiência, presidida pelo nosso Senador Francelino Pereira. Estiveram presentes os Ministros Iris Rezende, Eliseu Padilha e Antonio Kandir que foram ao evento por recomendação do Presidente da República, os Governadores Eduardo Azevedo e Maguito Vilela, além de muitos outros parlamentares e políticos daquela região.

Na ocasião, foram assinadas, pelo Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, ordens de serviço autorizando a abertura de licitação para execução de obras de restauração do trecho Goiânia – Itumbiara e de outras obras de melhoria de pontos críticos, tanto na BR-153 como na BR-452.

Contudo, o importante mesmo foi a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso decorrente daquela audiência. Expressa no programa Brasil em Ação, atendeu à prioridade solicitada na Audiência Pública de Itumbiara e definiu investimentos no PPA da ordem de R\$436 milhões para a duplicação do sistema rodoviário BR-153, BR-365, BR-050 e BR-060.

As metas desses investimentos federais foram publicadas em maio de 1998. Seu objetivo é a redução dos custos de transporte da região sul de Goiás, do Distrito Federal e do Triângulo Mineiro a São Paulo e ao porto de Santos.

Apesar de todos esses avanços, a nossa luta continua, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Amanhã à tarde, juntamente com os nobres Senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, outro defensor da duplicação desse trecho rodoviário, iremos com deputados federais e estaduais de vários partidos políticos a uma audiência com os Ministros Martus Tavares e Eliseu Padilha. Pressionaremos os Ministros para que se acelere o processo de duplicação das vias, que tem ceifado tantas vidas em nossos Estados. Na ocasião, estaremos acompanhados dos 21 prefeitos e outras lideranças das cidades de Água Limpa, Aloândia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bom Jesus, Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Cromínia, Goiatuba, Hidrolândia, Itumbiara, Joviânia, Mairipotaba, Mazargão, Morrinhos, Panamá, Piracanjuba, Pontalina, Porteirão, Professor Jamil, Vicentinópolis, Anápolis, Alexânia, Abadiânia.

Todos eles têm um desejo único: o de manifestar ao Ministro, que já acompanha essa luta desde a Audiência Pública de Itumbiara, a necessidade da urgência na liberação de recursos para as obras dos trechos Aparecida de Goiânia – Itumbiara e Distrito Federal – Anápolis, incluídas no Orçamento para este ano pela bancada de Goiás no Congresso Nacional.

São 300 quilômetros de rodovias em território goiano e do Distrito Federal, que representam um grande avanço nessa obra de infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento nacional. A conquista dos cerrados mediterrâneos, com enormes fronteiras a ocupar e a desenvolver, é a melhor alternativa para a integração econômica da Nação, contribuindo para o desaparecimento das diferenças que perpetuam o poder dos Estados ricos ou a dependência dos Estados pobres.

O apoio que essa empreitada vem obtendo do Presidente da República, dos Governadores, das bancadas goiana e mineira no Congresso, da bancada do Distrito Federal e das lideranças regionais e municipais faz-me otimista quanto à sua realização em breve espaço de tempo.

E a nossa luta será incessante até a sua conclusão. Contamos com a palavra do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de que não haverá cortes no Orçamento para o programa Avança Brasil, além da sensibilidade tenho certeza

dos Ministros Martus Tavares e Eliseu Padilha para a liberação dos recursos inscritos no Orçamento pela bancada do Estado de Goiás no Congresso. Mais ainda, temos a certeza do empenho de S. Ex^{as} em todas as ações que disserem respeito à conclusão definitiva dessa importante obra de infra-estrutura nacional.

Sr. Presidente, o que desejamos, sinceramente, é conseguir sua realização para o engrandecimento do nosso Estado, de todo o Centro-Oeste e do Brasil. A pujança econômica que tanto almejamos depende necessariamente da construção desses eixos, que podem levar e trazer, com segurança e economia, as riquezas produzidas neste imenso e promissor Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proteção, e mais que a proteção, a promoção da infância e da juventude, além de um imperativo legal e de um compromisso do país com os organismos internacionais, constitui sobretudo um imperativo da consciência ética e da cidadania.

Se este trabalho de proteção e promoção deve orientar-se a toda infância e juventude, pois as causas que as ameaçam são muito variadas e afetam crianças e jovens independentemente de classes sociais ou outras características que possuam, este trabalho deve voltar-se, de modo especial, às crianças e jovens mais carentes, aqueles que mais necessitam da proteção e do apoio do Estado e da sociedade.

O Brasil tem uma enorme dívida com suas crianças e com sua juventude. Esta dívida é sobretudo consequência do processo de exclusão social que hoje atinge cerca de 20 milhões de famílias brasileiras. Pagar essa imensa dívida há de ser um projeto absolutamente prioritário do Governo e da sociedade brasileira, independentemente de qualquer partido ou segmento social, como única forma de o país ingressar, com dignidade, na civilização do novo milênio.

Nos últimos anos, programas governamentais, inclusive legislação específica aprovada pelo Congresso como o Estatuto da Criança e do Adolescente, direcionam o país no rumo de saldar esta dívida, na verdade, muitas iniciativas, governamentais ou não, se anteciparam às políticas federais de proteção e promoção da criança e da juventude.

Dentre as iniciativas não governamentais, o Programa da Pastoral da Criança, que tem tirado da fome, da morte e da subnutrição milhões de crianças brasileiras, constitui o melhor exemplo do que pode ser feito pela eliminação da miséria e da exclusão infantil. Aplausos merece o Governo Fernando Henrique ao indicar oficialmente o programa da Pastoral da Criança para o Prêmio Nobel da Paz, deste início de Milênio – um exemplo para o mundo.

Refiro-me, porém, neste pronunciamento, Sr. Presidente, ao esforço que desde sua origem se tem feito no meu Estado do Tocantins, em favor da criança.

O programa “Pioneiros Mirins”, criado pelo Governador Siqueira Campos já em seu primeiro mandato, hoje atende a cerca de 30 mil crianças entre 7 e 14 anos, em praticamente todos os municípios do Estado. O atendimento envolve educação integral – alfabetização, ensino de 1º grau, formação cívica, esporte, lazer e alimentação, além de auxílio financeiro, o que vai, portanto, muito além da simples bolsa escola. Assinalo que 30 mil crianças nessa faixa etária, representando em torno de 30% da população infantil do Estado, ou seja, o atendimento praticamente integral às famílias que vivem em estado de carência ou exclusão social.

Palmas, Sr. Presidente, elegeu no último pleito, para administrá-la, a Professora Nilmar Gavino Ruiz, educadora que, tendo iniciado seus trabalhos docentes aqui no Distrito Federal, transferiu-se há dez anos para Palmas, onde foi Secretária de Educação do Município, durante a minha gestão.

Na primeira gestão do Governador Siqueira Campos foi Secretária de Educação do Estado, disputando ao final, uma cadeira para a Câmara Federal, tendo exercido o mandato por pouco tempo, vez que foi convocada em seguida para disputar as eleições municipais.

Eleita prefeita, como não poderia deixar de ocorrer, pôs a proteção e a promoção da criança e do adolescente entre as prioridades de sua administração.

Assim é que, além de garantir escolaridade total às crianças em idade escolar, 4.694 crianças, jovens e adolescentes, são atendidas em suas necessidades específicas, através de 10 programas prioritários, cujo conteúdo passo a ler, para conhecimento dessa Casa e para que conste dos Anais como exemplo do esforço do poder público do meu Estado em favor da criança.

dos Ministros Martus Tavares e Eliseu Padilha para a liberação dos recursos inscritos no Orçamento pela bancada do Estado de Goiás no Congresso. Mais ainda, temos a certeza do empenho de S. Ex^{as} em todas as ações que disserem respeito à conclusão definitiva dessa importante obra de infra-estrutura nacional.

Sr. Presidente, o que desejamos, sinceramente, é conseguir sua realização para o engrandecimento do nosso Estado, de todo o Centro-Oeste e do Brasil. A pujança econômica que tanto almejamos depende necessariamente da construção desses eixos, que podem levar e trazer, com segurança e economia, as riquezas produzidas neste imenso e promissor Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proteção, e mais que a proteção, a promoção da infância e da juventude, além de um imperativo legal e de um compromisso do país com os organismos internacionais, constitui sobretudo um imperativo da consciência ética e da cidadania.

Se este trabalho de proteção e promoção deve orientar-se a toda infância e juventude, pois as causas que as ameaçam são muito variadas e afetam crianças e jovens independentemente de classes sociais ou outras características que possuam, este trabalho deve voltar-se, de modo especial, às crianças e jovens mais carentes, aqueles que mais necessitam da proteção e do apoio do Estado e da sociedade.

O Brasil tem uma enorme dívida com suas crianças e com sua juventude. Esta dívida é sobretudo consequência do processo de exclusão social que hoje atinge cerca de 20 milhões de famílias brasileiras. Pagar essa imensa dívida há de ser um projeto absolutamente prioritário do Governo e da sociedade brasileira, independentemente de qualquer partido ou segmento social, como única forma de o país ingressar, com dignidade, na civilização do novo milênio.

Nos últimos anos, programas governamentais, inclusive legislação específica aprovada pelo Congresso como o Estatuto da Criança e do Adolescente, direcionam o país no rumo de saldar esta dívida, na verdade, muitas iniciativas, governamentais ou não, se anteciparam às políticas federais de proteção e promoção da criança e da juventude.

Dentre as iniciativas não governamentais, o Programa da Pastoral da Criança, que tem tirado da fome, da morte e da subnutrição milhões de crianças brasileiras, constitui o melhor exemplo do que pode ser feito pela eliminação da miséria e da exclusão infantil. Aplausos merece o Governo Fernando Henrique ao indicar oficialmente o programa da Pastoral da Criança para o Prêmio Nobel da Paz, deste início de Milênio – um exemplo para o mundo.

Refiro-me, porém, neste pronunciamento, Sr. Presidente, ao esforço que desde sua origem se tem feito no meu Estado do Tocantins, em favor da criança.

O programa “Pioneiros Mirins”, criado pelo Governador Siqueira Campos já em seu primeiro mandato, hoje atende a cerca de 30 mil crianças entre 7 e 14 anos, em praticamente todos os municípios do Estado. O atendimento envolve educação integral – alfabetização, ensino de 1º grau, formação cívica, esporte, lazer e alimentação, além de auxílio financeiro, o que vai, portanto, muito além da simples bolsa escola. Assinalo que 30 mil crianças nessa faixa etária, representando em torno de 30% da população infantil do Estado, ou seja, o atendimento praticamente integral às famílias que vivem em estado de carência ou exclusão social.

Palmas, Sr. Presidente, elegeu no último pleito, para administrá-la, a Professora Nilmar Gavino Ruiz, educadora que, tendo iniciado seus trabalhos docentes aqui no Distrito Federal, transferiu-se há dez anos para Palmas, onde foi Secretária de Educação do Município, durante a minha gestão.

Na primeira gestão do Governador Siqueira Campos foi Secretária de Educação do Estado, disputando ao final, uma cadeira para a Câmara Federal, tendo exercido o mandato por pouco tempo, vez que foi convocada em seguida para disputar as eleições municipais.

Eleita prefeita, como não poderia deixar de ocorrer, pôs a proteção e a promoção da criança e do adolescente entre as prioridades de sua administração.

Assim é que, além de garantir escolaridade total às crianças em idade escolar, 4.694 crianças, jovens e adolescentes, são atendidas em suas necessidades específicas, através de 10 programas prioritários, cujo conteúdo passo a ler, para conhecimento dessa Casa e para que conste dos Anais como exemplo do esforço do poder público do meu Estado em favor da criança.

Projeto	Objetivo	Faixa Etária	Nº de Atendidos Atualmente
Menina Mulher	Tem como objetivo atender meninas sujeitas a molestamento, exploração e/ou violência sexual. Proporcionando às mesmas, vida condizente à sua idade, minimizando o seu sofrimento psíquico-afetivo. Oferece atendimento do serviço de: Psicologia, Pedagogia e Serviço Social.	7 a 14	200
CEACAP Centro de atendimento à Criança e Adolescente de Palmas	Visa minimizar a exposição de crianças em condição de risco social que estavam em situação de rua. Oferecendo atividades pedagógicas, alimentação, vale-transporte, bolsa-escola, cesta básica e atendimento do serviço de: Psicologia, Pedagogia e Serviço Social.	7 a 14	139
Pioneiros Mirins	Objetiva-se em atender crianças que não possuem ocupação fora a escola e que estão sujeitos a algum tipo de risco social e pessoal. Oferece bolsa-escola, cesta básica e lanche.	7 a 14	2680
PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Este projeto visa retirar crianças expostas à exploração do trabalho infantil, proporcionando uma vida mais digna com direito à escola e atividades lúdicas compatíveis com a idade. Oferece bolsa-escola.	7 a 14	250
AABB	Visa proporcionar lazer, cultura, esporte e cidadania à criança em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal.	7 a 17	100
Sub to tal 7 a 14 anos			3.369
Cerâmica	Visa, além da retirada de adolescentes do risco social, ensinar-lhes a arte através da argila, oferecendo a oportunidade de retirar deste aprendizado um sustento para o futuro. Oferece bolsa-escola e lanche.	14 à 17	100
Agente Jovem	Visa proporcionar a jovens excluídos da sociedade, atividades que resgatem sua cidadania e o incluam nesta de forma positiva e atuante. Oferece bolsa-escola e lanche.	15 à 17	300
AMA	Visa o acesso e a permanência na escola, a melhoria do rendimento escolar, o engajamento e a responsabilidade pela causa ecológica; a preparação profissional e o fortalecimento das relações sociais e familiares. Garante atividades pedagógicas, alimentação, vale-transporte, bolsa-escola e cesta básica.	16 a 17 anos e 11 meses	510
Pão Nosso	Tem como objetivo a ocupação de jovens, poupando-os do risco social ao qual estariam expostos oportunizando a aprendizagem de qualidade e o inserindo futuramente no campo de trabalho como mão-de-obra especializada. Oferece bolsa-escola.	16 a 17 anos e 11 meses	100

Projeto	Objetivo	Faixa Etária	Nº de Atendidos Atualmente
Auto-Emprego	Tem como objetivo capacitar jovens de forma qualitativa para o mercado de trabalho, para que o mesmo tenha um desempenho diferencial em sua área de atuação. Carga horária de 40 horas	17 a 29	315
Sub to tal : 17 a 29 anos			1.325
Total			4.694

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Prefeita Nilmar Gavino Ruiz e sua equipe pelo trabalho que vem realizando e desejar que continue profícua sua gestão em favor do povo palmense, especialmente em favor de sua infância e juventude.

Desejo também apelar a esta Casa e ao Governo, para que cada vez mais se volte ao equacionamento dos problemas da infância e da juventude brasileira, como instrumento indispensável para a promoção da justiça e da dignidade de nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr's e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2000
(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 9, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social).

Parecer sob nº 002, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 20 minutos.)

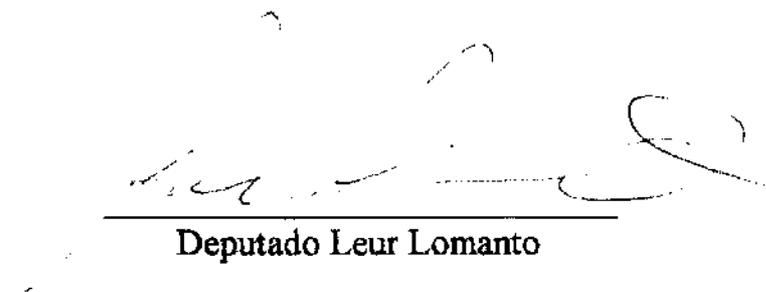


GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores membros da Comissão Deliberativa, do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, para uma reunião a realizar-se no dia 14 de fevereiro, das 11h 00 às 13h 00, na sala da 4ª Secretaria da Câmara dos Deputados, a fim de eleger a Comissão Diretora para o biênio 2001/2002.

Brasília, 31 de janeiro de 2001



Deputado Leur Lomanto

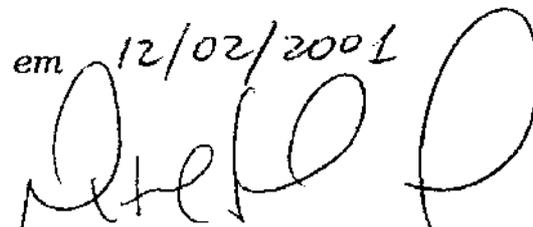
Presidente

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 125 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 001062/01-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea a, da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a MARENIR RIBEIRO DA SILVA, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor ELIEL CARVALHO DA SILVA, a partir data do óbito, 17/01/2001.

Senado Federal, em 12/02/2001



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO Nº 126 /2001
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

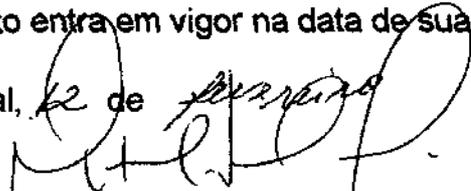
Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

Lizzie Andrea Machado Silva - Contrato para prestação de serviços de lavanderia e materiais afins (Processo nº 2095/00-9 e convite nº 117/00) - Titular: **IEDA DE SA SOUSA**, matrícula **2635**; Substituto: **JULIO CESAR DE BRITO EUBANK**, matrícula **2706**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, *12* de *fevereiro* de 2001.

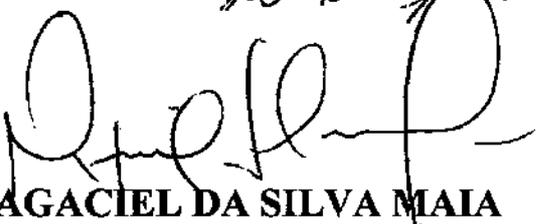

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 127, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º ,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO**, matrícula n.º 30217, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Bernardo Cabral, a partir de 12/01/2001.

Senado Federal, em *12 de fevereiro de 2001.*



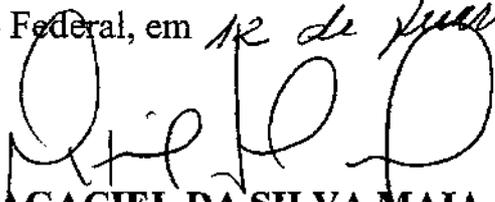
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 128 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º ,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA CECÍLIA CABRAL CORREIA CARVALHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Bernardo Cabral.

Senado Federal, em *12 de fevereiro de 2001.*


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral